

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

GABRIELE NIGRA SALGADO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FOTO-DISPOSITIVO:
OUTRAS IMAGENS DO SERTÃO DO PERI**

FLORIANÓPOLIS, 2011

Gabriele Nigra Salgado

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FOTO-DISPOSITIVO:
*outras imagens do Sertão do Peri***

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós Graduação em
Educação da Universidade
Federal de Santa Catarina, como
requisito parcial para a obtenção
de título de Mestre em Educação.**

Orientador: Prof. Dr. Leandro Belinaso Guimarães

Co-orientadora: Profa. Dra. Alik Wunder

Florianópolis, 2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FOTO-DISPOSITIVO: OUTRAS IMAGENS DO SERTÃO DO PERI”

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Mestrado em Educação do Centro de Ciências da Educação em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 11/08/2011

Dr. Leandro Belinaso Guimarães (CED/UFSC-Orientador)

Dr. Alik Wunder (UNICAMP/SP-Co-orientador)

Dr. Wladimir Antonio da Costa Garcia (CED/UFSC-Examinador)

Dra. Lucia Estevinho Guido (UFU/MG-Examinadora)

Dra. Lúcia Schneider Hardt (CED/UFSC-Examinadora)

Dr. Antônio Carlos Amorim (UNICAMP/SP-Suplente)

GABRIELE NIGRA SALGADO

Profa. Célia Regina Vendramini
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação/CED/UFSC
Portaria nº 988/GR/2010

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

S164e Salgado, Gabriele Nigra
Educação Ambiental e Foto-dispositivo [dissertação] :
outras imagens do Sertão do Peri / Gabriele Nigra Salgado ;
orientador, Leandro Belinaso Guimarães. - Florianópolis, SC,
2011.

1 v.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-
Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Educação ambiental - Parque Municipal da
Lagoa do Peri (SC). 3. Fotografia - Parque Municipal da Lagoa
do Peri (SC). 4. Imagens fotográficas. I. Guimarães, Leandro
Belinaso. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa
de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU 37

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FOTO-DISPOSITIVO:



outras imagens do Sertão do Peri

[...] inventar uma vida e um pensamento capaz de pensá-la em seu processo de invenção. Mas a arte dos propósitos se refere também a uma intenção e prudência que acompanham nesta aventura, indicando que o pensamento, quando tomado pela vida e nela imerso, envolve riscos e esforços, tornando-se, em seu funcionamento, uma questão de experimentação ativa: não se sabe de antemão aonde se vai chegar, tampouco quais encontros se darão pelo caminho.

(GODOY, 2008, p.52)

**Às queridas pessoas que vivem no Sertão do Peri,
Aos meus pais amados que estão sempre ao meu lado.**

Agradecimentos



Tantos foram os que contribuíram de alguma forma com este estudo que me sinto receosa em agradecer diretamente a alguns nomes mas, apesar do risco, minha sincera gratidão:

À Mari por me apresentar o Sertão,
ao Rafael e sua disposição em me acompanhar
tantas vezes a campo e por me ajudar sempre que precisei,
Seo Zeca pela atenção e humor com que sempre me recebeu,
Luzia, Dona Dilma, Seo Cide, Seo João, Dona Didi,
pela simplicidade e docilidade contagiante,

Anninha pela arte imagética da capa e do DVD,
Gabriela pelas tardes de conversas partilhadas, Lorena,

Gui, Marina, Fabrício, pelo com-viver harmonioso,
Sara e Sofia pela amizade sincera. Julia, Maira,
Amanda, pelos momentos compartilhados
que nos aproximam para sempre.

Giovane nas grandes e pequenas coisas,
pai José e mãe Lurdinha, por acreditarem em mim,
André e Carlinhos pelo sangue que nos une como irmãos,
avó Cida, pelas muitas orações dedicadas aos netos.

Aos colegas do Grupo Tecendo, pelas ricas contribuições,
ao Leandro e o intenso aprendizado que aqui reverbera,
Alik pela atenção e amistosa co-orientação.

Wenceslao e Antonio Carlos pelas reflexões da qualificação,
Wladimir, Lucia G. e Lúcia H. pelas sugestões dadas na defesa,
ao CNPQ pelo financiamento que resultou neste estudo.

Agradeço também a paisagem da foto, pela contemplação
inspiradora que, tantas vezes, me ajudou a completar uma ideia,
um parágrafo, um capítulo. Sinto nela a obra de Deus,
a quem sou imensamente grata pela vida!

Resumo

Educação Ambiental e Estudos Culturais são articulados nesta pesquisa a partir de inspirações em autores considerados pós-modernos e pós-estruturalistas. Foi realizada no Parque Municipal da Lagoa do Peri (Florianópolis/SC), com pessoas que habitam um determinado lugar do mesmo, a Zona de Paisagem Cultural que é conhecida como Sertão do Peri. Nesse lugar cercado por montanhas, conflitos, “tradições”, “natureza”, mistérios; circulam representações que enquadram seus habitantes dentro de algumas categorias recorrentes as quais busco desnaturalizar, mostrando o caráter social, cultural e histórico de tais invenções. Essas representações dizem respeito à instituição dessa população como “tradicional” e como inserida em um ambiente “natural”, sendo observadas em algumas imagens produzidas tanto pelos moradores como por eu mesma, que fotografei o Sertão durante minhas idas a campo. Outro movimento de escrita, também presente neste estudo, busca pensar com as imagens sem julgá-las, percorrendo o silêncio, o inaudito, o não representável a partir das composições imagéticas a serem observadas sob a latente pergunta: que Ser-tão outro lhe soa ao entrar em contato com estas imagens?

Palavras - Chave: Educação Ambiental; Fotografia; Dispositivo

Abstract

Environmental Education and Cultural Studies are articulated in this research based on inspiration from authors considered postmodern and poststructuralist. It was realized at the Parque Municipal da Lagoa do Peri (Florianópolis / SC), who inhabit a certain place in the same, the Cultural Landscape Zone that is known as the Sertão do Peri. In this place surrounded by mountains, conflicts, "traditions," "nature," mysteries; circulating representations that its inhabitants fall within certain categories which applicants seek denaturing, showing the social, cultural and history of these inventions. These representations relate to the institution of this population as "traditional" and inserted as a "natural" environment. This represented the applicant can be seen in some photographs produced by the residents as much for myself, that photographed the Sertão during my field trips. Another movement of writing, also present in this study, is the one who thinks the images without judging them, covering, instead, the silence, the unheard, and the unrepresentable. These elements appear from the visual compositions observed from the following question: what otherness you listen to when in contact with these images?

Keywords: Environmental Education; Photograph; Dispositive

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1- O QUE ME PREENCHE.....	16
1.1- De como me invento.....	18
1.2- Esvaziar-me do que me preenche.....	27
CAPÍTULO 2 - NO CAMINHAR DA PESQUISA, UMA IMERSÃO EM DIFERENTES “REALIDADES”.....	34
2.1- Parque Municipal da Lagoa do Peri.....	38
2.2- <i>Atmosfera</i> do Sertão do Peri.....	44
2.3- Por que Sertão?.....	50
CAPÍTULO 3 - LUZ QUE ESCREVE EM PAPEL SENSÍVEL....	55
3.1 – Um processo (de)formação.....	57
3.2 – O que seria uma Educação Ambiental como dispositivo?.....	61
3.3 – “Foto-dispositivo” e o convite a uma experiência.....	63
3.4 – Imagem-luz, escrita sensível: um texto com imagens.....	70
CAPÍTULO 4 - O SERTÃO DO PERI EM PRATA REVELADA.77	
4.1 – O Sertão do Peri em um primeiro momento.....	79
4.2 – Ser tão outro.....	97
4.3 – “Imaginografias”.....	104
CAPÍTULO 5 - APONTAMENTOS E DESAPONTAMENTOS. 113	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
ANEXOS.....	128

APRESENTAÇÃO

O que se pode apreender das imagens que veiculam determinados modos de vida das pessoas que vivem, há mais de dois séculos, na região do Sertão do Peri? Esta região, cercada por toda a complexidade que a envolve, pode ser observada apenas como uma Zona de Paisagem Cultural? E as pessoas que habitam este espaço, apresentam uma identidade única, homogênea ou esta transita nas complexas e porosas fronteiras que tentam ser instituídas em nossa contemporaneidade?

Estas são algumas das questões que permearam a escrita desta dissertação que relata a minha experiência de pesquisa realizada com as pessoas que habitam um determinado lugar do Parque Municipal da Lagoa do Peri, a Zona de Paisagem cultural, conhecida como Sertão do Peri.

A organização do texto apresenta, além de cinco capítulos, as composições imagéticas que elaborei a partir das fotografias produzidas por mim e pelos participantes da pesquisa. Tais composições resultaram de minha tentativa de experimentar outra escrita, envolvendo a linguagem fotográfica e a multiplicidade de sentidos que afloram do encontro com imagens e falas descoladas de uma explicação que as fixa como sentido único.

O tom narrativo do texto é fundamentado na teorização dos Estudos Culturais e sob a inspiração de autores tidos como pós-estruturalistas. Conto os caminhos investigativos de uma pesquisa que se mostrou sempre em construção ao mesmo tempo em que eu fui me desconstruindo e esvaziando-me das minhas convicções mais arraigadas acerca da Educação Ambiental, da Cultura, da realidade, das Unidades de Conservação, das pessoas que habitam estes espaços, e de muitos termos naturalizados e tidos como verdade.

No capítulo 1, “**O que me preenche**”, conto minha trajetória de bióloga descobrindo os campos de pesquisa em educação e reflito a respeito do caráter inventivo da noção de identidade, resultante do próprio ato de narrar-me. Nesta história aproximo-me da noção de “experiência” de Jorge Larrosa para problematizar minhas próprias experiências como educadora ambiental e apresento um pouco das

minhas primeiras impressões ao conhecer o Parque Municipal da Lagoa do Peri, fato que culminou nas inquietações que me levaram a realizar este estudo.

No capítulo 2, **“No caminhar da pesquisa, uma imersão em diferentes realidades”**, trago questionamentos que ajudaram na construção do meu problema de pesquisa e a delinear meu interesse em realizá-la a partir da produção de fotografias.

Também situo o Parque Municipal da Lagoa do Peri no contexto das Unidades de Conservação e apresento o Sertão do Peri ao mesmo tempo em que inicio meus questionamentos sobre a naturalização do termo “populações tradicionais” atribuído a sua população e introduzo a discussão sobre hibridação cultural baseada nos argumentos de Néstor Garcia Canclini. A ideia de sertão em geral é discutida a partir da breve reconstrução do caminho histórico que trouxe o uso deste termo ao Brasil atribuindo-lhe alguns significados simbólicos e sociais que também marcam a realidade cultural da população que habita o Sertão do Peri.

O capítulo 3, **“Luz que escreve em papel sensível”**, é um capítulo metodológico, onde abordo minha compreensão de pesquisa envolvendo fotografia e as minhas críticas ao próprio método. Elaboro também o meu entendimento de dispositivo que advém dos escritos de Foucault e, a partir disso, esclareço a noção que tomo de uma “Educação Ambiental como dispositivo” aproveitando a oportunidade para introduzir a ideia do “foto-dispositivo” que me arrisco a elaborar neste trabalho.

No capítulo 4, **“O Sertão do Peri em prata revelada”**, foco na análise das produções fotográficas a partir de dois caminhos teóricos: em um primeiro momento as fotografias dos participantes da pesquisa e minhas próprias fotografias são interpretadas a partir dos Estudos Culturais tendo como referência o conceito de representação cultural proposto por Stuart Hall e em discussões que perpassam ideias sobre a construção da identidade “população tradicional” defendidas por autores como Viveiros de Castro, Shaula Sampaio e Manuela Carneiro da Cunha.

Em um segundo momento, proponho o movimento de criação de outros significados do Sertão, uma tentativa de deslocar-nos das intenções de identificações dos sentidos e de entrar num movimento de criação de sentidos com as fotografias, o que originou as “imaginoformas” e experimentações espalhadas pelo texto, amparadas

teoricamente pelo conceito de *punctum* de Roland Barthes e os pensamentos de autores como Ana Godoy, Alik Wunder e Mia Couto.

Em “**Apontamentos e desapontamentos**” do capítulo 5, mostro os deslocamentos que julgo terem acontecido comigo e com as pessoas que se envolveram na pesquisa através da operação do foto-dispositivo, mas sem a pretensão de colocar ponto final algum nas reflexões que possam surgir ao leitor.

Neste convite a uma experiência na qual outros sentidos são convocados para a leitura e observação de um texto entremeado de composições fotográficas, deixo uma pergunta latente: Que Ser-tão outro lhe soa ao entrar em contato com todo este material?

Capítulo 1

O que me preenche



1.1 De como me invento

*À pergunta sobre quem somos só
podemos responder contando alguma história*
Jorge Larrosa

Início esta dissertação contando uma história. As palavras do autor citado na epígrafe deste capítulo me inspiram e irão permear a escrita deste texto que tem a intenção de contar uma história para além do meu percurso como uma bióloga adentrando e descobrindo os campos da pesquisa em educação. Meu desafio é buscar em minha trajetória os momentos e fatos vividos que dão sentido ao que estou sendo e ao que me preenche de significados.

Esta história será tecida a partir de alguns fios da infância e de outros recortes marcantes que pretendo articular a partir da invenção de alguns momentos que são resultados deste próprio ato de narrar-me. Isto porque, de acordo com Durval Albuquerque (2007), os acontecimentos do passado que me interpelam no presente não são simples semelhanças, antes disso, são uma fusão de sensações passadas e presentes que faz com que o que evoco surja de outra forma. A este respeito Larrosa também nos ensina que:

El tiempo de nuestras vidas es, entonces, tiempo narrado; es el tiempo articulado en una historia; es la historia de nosotros mismos tal como somos capaces de imaginarla, de interpretarla, de contarla y contar(nos)la. Más o menos nítida, más o menos delirante, más o menos fragmentada. Y es así, como narración, que cada punto del camino contiendo todo El camino [...] Y es en tanto que narrador, el caminante se contiene a sí mismo en toda la extensión de caminar su camino (LARROSA, 1996, p. 78).

Escolho começar por um problema de saúde que me fez percorrer um caminho de conquistas. Nem me lembro quando tive a minha primeira crise de bronquite, mas sei que eram recorrentes e preocupantes e sei que minha qualidade de vida dependia da cura deste problema. Como medida complementar aos tratamentos alopáticos meus pais me

matricularam em uma escola de natação, onde pude não apenas curar-me ao longo do tempo mas também descobrir minha primeira paixão, para a qual me dediquei intensamente por mais de 10 anos.

Aos sete eu já viajava para competir em diversas cidades, vivia grandes emoções nas piscinas, aprendia a ganhar e a perder, a ter disciplina, a lidar com a ansiedade, o nervosismo e a ir em busca de sonhos que me faziam imaginar vôos altos, como ir para as olimpíadas quem sabe, esta era a minha estrela maior, meu maior desejo naqueles anos em que um esporte era tudo para mim.

Vieram algumas conquistas significativas no percorrer deste caminho, aos 11 anos fui patrocinada pelo Colégio Objetivo por meio de bolsa de estudos e lá fiz toda minha formação até a faculdade, com exceção do primeiro ano do ensino médio, quando surgiu outra oportunidade e me mudei para Ribeirão Preto para fazer parte de uma equipe mais forte, que representava a Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), onde eu também estudava no colégio que lá existia.

Foi nesta época, aos 15 anos, que sai de casa pela primeira vez. Parti cheia de coragem, movida pelo brilho da estrela que almejava, e acreditava que estava dando um passo maior em sua direção, mas foi necessário percorrer este trecho para perceber que tinha que fazer o caminho de volta, um descaminho que me trouxe ao lugar de onde sai e ao convívio familiar do qual sentia muita falta.

Depois de uma fase de baixo desempenho e desânimo com este plano de ser atleta, decidi não delimitar a direção do meu vôo e me abrir para outros caminhos, para outros sonhos. Para isso foi preciso compreender que mesmo sem alcançar a estrela que a princípio me guiava, o que realmente tinha valor era o seu brilho que motivava-me a seguir rumos desconhecidos e a aprender com a experiência vivida durante este caminhar.

O autor já citado Jorge Larrosa, e com cujas ideias tomei contato no caminhar desta pesquisa, elaborou um conceito de “experiência” que é capaz de traduzir os sentimentos que me levaram a conclusão do parágrafo anterior. Posso dizer que, com estas tentativas de alcançar um sonho muitas coisas aconteceram, e o que eu adquiri pelo modo como fui respondendo àquilo que se passou naquele período da minha vida (e ao que me passa até os dias de hoje) foi me conformando e me preenchendo de significados que configuram o que hoje estou sendo, pois:

O saber da experiência não está como está o conhecimento científico, fora de nós, senão que só tem sentido no modo pelo qual configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, enfim uma forma humana singular que é, por sua vez, ética (um modo de se conduzir) e uma estética (um estilo) (LARROSA, 1995, p.142).

Quando retornei já não era mais a mesma, eu tinha outros horizontes e outras perspectivas, o tempo também era outro e eu precisava dedicar-me a alcançar outras estrelas que se transformaram nos meus estudos, na busca por uma faculdade pública e de um caminho profissional.

Algumas pessoas que acompanharam a minha trajetória dentro do esporte imaginaram que eu iria prestar vestibular para Educação Física, mas dentro de mim existia outra paixão, que eu ainda não sei identificar quando nasceu, mas que eu cultivava a cada contato que eu tinha com áreas “naturais” e que me despertava tanto interesse quando eu estudava esta disciplina no colégio.

Por mais de uma vez eu prestei vestibular para a Biologia, na esperança de trabalhar com “bichos” ou em laboratório de genética, pois naquela época o caso da ovelha Dolly estava muito divulgado na mídia e me despertava bastante interesse por esta área. O que eu tinha certeza era que eu não queria trabalhar com pessoas, o que mais tarde eu fui entender que seria impossível.

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) apresentou-se a mim aos 18 anos, e junto dela um mundo de novidades, possibilidades, vivências marcaram minha existência e outras inúmeras e intensas experiências aconteceram.

Já no início da faculdade me decepcionei com o estágio que realizei no laboratório de citogenética e percebi que meu encantamento inicial poderia ser facilmente substituído por outro, e me encantei com o trabalho de Educação Ambiental (EA) realizado pelo USP - Recicla, um programa desenvolvido em todos os campus da Universidade de São Paulo, inclusive no de São Carlos.

Eu nunca havia pensado nos problemas ambientais - como o lixo, que era foco deste projeto - de modo que eu pudesse contribuir para solucioná-los, talvez porque minha educação bancária¹ não tivesse me

¹ Educação bancária segundo Paulo Freire é uma educação em que “a narração, de que o educador é sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Dessa

formado para pensar-me como pessoa atuante e transformadora na/da sociedade, ao contrário, eu me portava como um ser passivo perante tudo aquilo que me era apresentado como um “problema ambiental”; consumia algumas informações para “conscientizar-me”, mas antes de conhecer este projeto eu entendia que não era minha responsabilidade pensar em alternativas para superá-los, por isso, não me incomodava com o tema.

Comecei a me interessar por alguns trabalhos que envolviam as relações humanas e não busquei me envolver com a zoologia (meu segundo desejo inicial) após a decepção com a genética. No segundo ano do curso eu conheci o trabalho do Núcleo de Apoio às Populações Ribeirinhas da Amazônia (NAPRA²) que atua junto à população que vive às margens do Rio Madeira, no estado de Rondônia. Envolvi-me com esta ONG e, em julho de 2005, passei um mês trabalhando na frente de educação, com ênfase em Educação Ambiental, nas comunidades de São Carlos do Jamari e da Reserva Extrativista do Cuniã.

Apaixonada por esta experiência que me fez admirar os saberes não científicos, as riquezas e os problemas humanos de um Brasil desconhecido, busquei outras experiências parecidas e que fossem menos pontuais. No mesmo ano eu tentei trabalhar no Vale do Ribeira e cheguei a acompanhar o trabalho de mestrandas e doutorandas em Cananéia, onde pesquisavam o que elas configuravam como sendo um conhecimento tradicional dos catadores de caranguejo para compor o plano do manejo de pesca daquela região.

Não consegui orientação com o professor que coordenava o laboratório de etnobiologia, mas acredito que o encontro com as populações ribeirinhas do Rio Madeira e com a população “tradicional” de alguns bairros de Cananéia já havia me levado para um caminho dentro da biologia que no princípio do curso eu ignorava: a educação.

Frente a minha sede de trabalhos educativos que me proporcionassem a troca de saberes com os mais diferentes tipos de pessoas, me inscrevi em uma disciplina extracurricular de Educação Ambiental e desenvolvi um projeto de “percepção ambiental” com estudantes de duas 8^a séries (atual 9^o ano) de uma escola municipal localizada na região sul de São Carlos.

maneira, a educação se torna um ato de depositar [assim como fazemos depósitos em bancos], em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 2005, p.58).

² Para saber mais a respeito acesse <http://www.napra.org.br>

A escolha desta escola estava totalmente relacionada com as características daquela região que me atraíam muito desde as aulas de Educação e Sociedade, brilhantemente ministradas por um professor muito provocativo que sempre mencionava as mazelas do “Buraco do Gonzaga” - nome pelo qual é conhecida esta região - para causar desconforto e reflexão naqueles alunos que não enxergavam nada além das circunstâncias cômodas que os cercavam.

Eu, que tinha muito receio de restringir minhas experiências de formação apenas dentro das portas da universidade, estava sempre atenta a estes chamados para conhecer outras “realidades” e assim “cai no Buraco do Gonzaga” na primeira oportunidade que tive de escolher um lugar para desenvolver um projeto, e por lá fiquei circulando de um trabalho a outro até o fim da minha graduação.

A própria expressão que designa popularmente esta área já me chamava atenção, e mais tarde fui descobrir que ela provém da variação de cotas altimétricas que formam um vale onde estão situados 18 bairros, entre eles o Jardim Gonzaga, localizado no ponto mais alto desta microbacia, um lugar de onde pode ser visto de forma mais evidente o “buraco”.

As características que me atraíam estavam relacionadas com o fato de que, além de englobar os bairros ocupados, em sua grande maioria, por população de baixa renda, este vale contém o maior remanescente de vegetação nativa urbana composta por diferentes fisionomias de Cerrado e também por ser considerado como região de abastecimento do Aquífero Guarani³.

A partir das portas abertas por uma escola que apoiava as ideias de jovens universitários ansiosos por atuar naquelas circunstâncias que julgávamos ser da maioria da população brasileira, aproveitei a oportunidade para implementar algumas práticas com as quais tive contato ao participar de vivências proporcionadas pelos Encontros Nacionais e Regionais de Estudantes de Biologia (ENEB e EREB), nos quais tive a oportunidade de conhecer projetos em escolas de diferentes regiões do Brasil.

Depois do projeto de “percepção ambiental”, iniciei nesta mesma escola - com a ajuda de outros amigos interessados - um projeto de

³ O Aquífero Guarani é o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo. Está localizado na região centro-leste da América do Sul, entre 12° e 35° de latitude sul e entre 47° e 65° de longitude oeste e ocupa uma área de 1,2 milhões de Km², estendendo-se pelo Brasil (840.000 Km²), Paraguai (58.500 Km²), Uruguai (58.500 Km²) e Argentina (255.000 Km²). Fonte: <http://www.daaearaquara.com.br/guarani.htm> Acesso em: 02/06/2010.

Horta-Pedagógica inspirado na experiência de uma escola do Embú das Artes – localizada na periferia de São Paulo -, que conheci durante uma vivência proporcionada pelo EREB de 2006. Concomitantemente a este, um projeto que se expandia para além dos muros da escola também tinha início.

O Projeto Brotar foi construído em parceria com professores do Departamento de Botânica da UFSCar e aprovado por financiadores como o CNPQ e os Ministérios das Cidades e da Educação, o que permitiu uma atuação maior nas comunidades com ações divididas em três frentes: vegetação, qualidade de água e Educação Ambiental.

Eu fazia parte da equipe de EA e posso considerar que já havia adquirido experiências anteriores nesta área que me fizeram questionar a forma como as ações eram conduzidas nesta frente.

Eu já considerava como meu ritual de entrada na Educação Ambiental os passos dados na frente de educação do NAPRA e a partir desta experiência adentrei neste mundo do qual ainda me encontro mergulhada. O fato de eu continuar trilhando este caminho não está associado a um encontro ideológico que me completou e com o qual sigo sem nenhum conflito, muito pelo contrário, o meu processo de construção e desconstrução na Educação Ambiental é um movimento interno permanente que começou com certa ingenuidade, daquelas de querer “salvar o mundo”, e que aos poucos foi ganhando consistência e criticidade.

Ainda me lembro do livro do Mauro Guimarães⁴, um dos primeiros que li nesta área, e que causou grande desestabilização perante o que eu vinha consolidando em mim como sendo Educação Ambiental. Aquele consenso que eu pensava existir entre as pessoas e principalmente entre os estudiosos da área, era despedaçado pelo embate político e ideológico que eram apresentados a mim por meio deste livro.

Lembro-me de que o que mais me atraía nesta área, além de enxergar que era possível transformar o mundo com ações práticas contornando o verbalismo do discurso acadêmico que eu tanto criticava, era o fato de que, ao meu entendimento, não havia motivos para existirem oposições nesta área de pesquisa na qual só se ouvia falar em sentimentos comuns em relação a um futuro também comum entre os seres humanos. Hoje questiono os consensos e acredito ser a diferença

⁴GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: no consenso um embate?** - Campinas, SP: Papirus, 2000.

capaz de promover mudanças, pois consensos podem ser paralisantes e colocar um ponto final em um processo que está em movimento.

A participação no Projeto Brotar contribuiu muito para minhas reflexões acerca de minha atuação em EA e me fez colocar em xeque estes valores. Em meio a um turbilhão de atividades práticas realizadas em um curto espaço de tempo, com um tempo menor ainda para o planejamento e quase sem nenhum espaço para refletir sobre a prática e buscar referenciais teóricos e metodológicos que subsidiassem nossas ações, senti um vazio muito grande.

Sentia-me uma máquina de cumprir prazos e cobranças, fazia os relatórios, realizava em conjunto com outras pessoas da equipe um número alto de atividades, como plantios, participação em eventos, oficinas, entrevistas para o levantamento da “percepção ambiental” da comunidade e a elaboração de um curso de formação de professores em EA.

Indagava-me constantemente acerca da dinâmica das relações que estávamos construindo com aquele ritmo de trabalho e sobre como as atividades práticas, que antes eu acreditava serem a solução do mundo, não faziam o menor sentido sem um aprofundamento teórico-reflexivo.

Muitas das minhas questões suscitadas durante este processo ficaram sem respostas. Como que, ao responder um questionário os moradores daquela região conseguiriam demonstrar a sua “percepção ambiental”? E a necessidade de alcançar a maior quantidade possível de “público alvo” para mostrar aos financiadores que nosso projeto merecia a verba que estava sendo concedida porque “atingia” muitas pessoas? De que maneira estas pessoas estavam sendo “atingidas”? Acaso a participação em um plantio propiciaria consciência e atitudes mais ecológicas? Onde estava a construção participativa que eu tanto ouvia falar em EA se as frentes de trabalho sequer conseguiam reunir-se para compartilhar o que estavam desenvolvendo?

Percebi que havia discordâncias quanto aos valores, ideologias e formas de agir entre as pessoas que compunham a equipe do projeto, o que para mim - que estava em período de “consolidação” nesta área - transformou-se numa grande crise. Hoje posso interpretá-la sob um olhar de outras experiências que me marcaram (e que me marcam) e recorro às palavras de Nietzsche para descrever no presente o que acredito que tenha se passado comigo no passado:

A juventude é em si algo que falseia e engana. Mais tarde quando a alma jovem, martirizada por puras desilusões, finalmente se volta desconfiada de si

mesma, ainda e sempre ardente e selvagem [...] Nesta transição castigamos a nós mesmos, ao suspeitar do próprio sentimento; torturamos o entusiasmo com a dúvida, sim, sentimos até a boa consciência como um perigo, como que autodissimulação e fadiga da honestidade mais fina (NIETZSCHE, 2002, p.38).

As dúvidas realmente torturavam todo meu entusiasmo e numa erupção de reflexões sem fim eu *castigava a mim mesma, ao suspeitar dos meus sentimentos*, julgava-os ingênuos e em vez de permitir outro olhar àquela situação, tentar compreender o que me acontecia, minha *alma jovem, martirizada por puras desilusões* me fez tomar a decisão de abandonar o projeto.

Neste período dediquei-me ao trabalho da Horta Pedagógica que acontecia ao mesmo tempo em que o Brotar e que tanto me dividia quando tinha que escolher entre estar presente numa atividade ou outra, aumentando ainda mais a pressão que sentia ao tentar abraçar as duas coisas.

A construção da horta buscou ser participativa, por meio de diálogos nos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPCs) e de encontros fora dos horários de aula com os alunos e gestores da escola, além de membros da Secretaria Municipal de Educação. Almejávamos também uma construção interdisciplinar, uma vez que envolviam os professores e professoras de diferentes disciplinas em atividade extraclasse, bem como na elaboração de um material didático que descrevesse toda esta experiência.

Durante este processo buscava a beleza na construção dos objetivos, não focando apenas os resultados, e encontrei novas cores nas relações humanas que ali estavam sendo estabelecidas. Não digo que foi mais fácil, que não houve problemas, nem discordâncias; o que descubro neste momento de minha narrativa, é que eu estava mais aberta para compreender as incoerências humanas e as circunstâncias que influenciam suas atitudes. Enxergava, inclusive, as minhas próprias incoerências com menos severidade e, devagar, fui entendendo que havia muito que transformar também no meu modo de ver as coisas: *não sejas nunca de tal forma que não possa também ser de outra maneira* (LARROSA, 2000, p. 41).

Foi assim que, aos poucos, fui me recuperando da queda anterior, quando tentei voar mais alto do que me permitiam as circunstâncias.

Mas já era tempo de me encontrar dentro da Biologia, precisava de um tema para fazer o meu trabalho de conclusão de curso e me formar.

Timidamente me aproximei de outras áreas tentando encontrar um caminho diferente, talvez menos dolorido. Mas não adiantava me enfiar em um laboratório, seguir protocolos, fechar-me dentro de uma pesquisa que, naquela época, eu considerava alienante, para fugir do meu incômodo interior, um tipo de incômodo-combustível, sem o qual a gente vai se acomodando e se convencendo de que está tudo bem. E não está tudo bem!

Sempre sou arrebatada por aquele desejo secreto de querer “salvar o mundo” do qual a Shaula Sampaio (2005) comenta em sua dissertação de mestrado. E assim como ela, não abduco desta convicção tão arraigada nos educadores ambientais de querer mudá-lo nem que seja só um pouquinho:

[...] isso é um sonho, uma dessas utopias que o ocidente se coloca periodicamente. Salvar-se enquanto pessoa, enquanto indivíduo [...] Salvar o mundo e a sociedade através da descoberta de um caminho de pensar e dizer justo e perfeito que consiga uma espécie de consenso universal (PESSANHA, 1997, p.17-18).

Eu já sabia que o *consenso universal* que eu imaginava encontrar na EA não existia. Talvez essa descoberta deva ter sido o ponto crucial para o início da minha desconstrução⁵ e, quem sabe, o que eu realmente buscava era salvar-me *enquanto pessoa, enquanto indivíduo* estabelecendo algumas clivagens e deslocamentos em meus modos de interpretação de mim e do mundo.

Quando eu estava para me formar, o Projeto Brotar ainda acontecia a pleno vapor e eu resolvi propor aquilo que eu mais sentia falta quando era membro da equipe, ou seja, um espaço para refletir e discutir sobre as intervenções. O meu trabalho de conclusão de curso foi realizar grupos focais não apenas com as pessoas da equipe, mas também com os moradores da comunidade e professores que estavam

⁵ Não tenho aqui a pretensão de aprofundar-me filosoficamente sobre este conceito cunhado por Jacques Derrida, mas acho importante citar algumas considerações que encontrei no trabalho de SAMPAIO (2005, p. 11) sobre esta metáfora: “Derrida diz que se proíbe de ferir ou condenar a morte aquilo que esta sendo desconstruído, pois o propósito é que [“se reinterprete, critique, desloque, isto é, que se intervenha ativamente para que tenha lugar uma transformação digna deste nome”]”.

envolvidos com o projeto Brotar para então, dentre outras coisas, refletir sobre esta atuação e, claro, como um subsídio à EA.

Percebi que deste modo, em vez de discordar do que estava sendo feito e me retirar, eu contribuiria de alguma forma e não estaria adotando uma postura de denúncia contra o que eu não considerasse certo. Aliás, nem com relação à Educação Ambiental em si eu tinha o intuito de outorgar-me o papel de “dona da verdade” e por isso resolvi seguir neste caminho, para continuar o meu processo de desconstrução, este processo que não é simples e muito menos indolor e que, de acordo com a leitura de Sampaio (2005) sobre Derrida, não acontece sem amor pelo que está sendo transformado, questionado e desconstruído.

É com tais reflexões que encerro esta seção e, inspirada em Sampaio (2005), também declaro o meu amor à Educação Ambiental que hoje sinto como parte do que me preenche, mesmo estando ciente de que:

Mi identidad, quién soy, no es algo que progresivamente encuentro o descubro o aprendo a describir mejor, sino que es más bien algo que fabrico, que invento, y que construo en el interior de los recursos semióticos de que dispongo, del diccionario y las formas de composición que obtengo de las historias que oigo y que leo, de la gramática, en suma, que aprendo y modifico en esa gigantesca y polifónica conversación de narrativas que es la vida (LARROSA, 1996, p. 477).

1.2 Esvaziar-me do que me preenche.

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos.

Michel Foucault

Ao declarar o meu amor à EA não tive a intenção de dar um desfecho nesta *polifônica conversação de narrativas* com a qual *fabrico* parte da minha história de vida. As etapas que relatei, assim como as próximas que irei relatar, não passam de momentos disjuntos que, no exercício constante de acoplá-los por meio da linguagem, busco dar sentido ao que venho sendo.

Outras etapas poderiam ser escolhidas, mas a situação na qual estou embarcada atualmente, escrevendo a minha dissertação de mestrado, envolvida com as relações culturais do meio acadêmico que atravessam fortemente a minha narrativa e, neste sentido:

Quando fabricamos narrativamente a nossa identidade não é de qualquer maneira que podemos fazê-lo; não se trata, portanto, de uma operação individual, autônoma, senão que mediada pelas relações culturais das quais participamos e que estabelecem determinados repertórios discursivos. Tais repertórios, ainda que sejam plurais, não são ilimitados. Além disso, há de considerar-se que há poderes que gravitam e exercem influencia sobre as formas de autonarrar-se (SAMPAIO, 2005, p. 14).

Retomo esta história situando o leitor nesta fase em que me encontro como mestranda da linha de pesquisa em Educação e Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mas antes, gostaria de contar uma última história que se passou durante o tempo de graduação que considero como o acontecimento que fez aflorar alguns desejos com relação ao mestrado neste programa.

Em 2006 houve um encontro nacional de estudantes de biologia em Porto Alegre. Estudantes de todas as regiões do Brasil se reuniam por uma semana para discutirem a respeito do movimento estudantil na perspectiva da biologia. Foi quando eu conheci um grupo de estudantes da UFSC que acolheram a mim e a minhas amigas após o término do encontro em suas residências na Ilha de Santa Catarina, durante todo o restante das férias daquele mês de julho.

Eu já conhecia a ilha, porém era a primeira vez que eu olhava com as lentes de uma estudante de biologia às suas paisagens urbanas misturadas com as da “natureza” e encantava-me a possibilidade desta convivência em uma cidade rodeada por morros de uma mata às vezes densa às vezes “devorada” pelo processo de ocupação, porém resistente em algumas “manchas” de vegetação secundária. Também conheci a universidade e pude vivenciar um pouquinho daquele cotidiano uma vez que, por conta da reposição de aulas após um período de greve recente, os estudantes não estavam de férias naquele mês de julho.

Certo dia, num passeio distraído e sem grandes pretensões conheci o Parque Municipal da Lagoa do Peri, mas no contexto de uma figueira e de uma lagoa. Apesar de não saber nada a respeito das vidas (humanas e não humanas) que fervilhavam naquele lugar onde eu passei

um dia inteiro subindo numa figueira e nadando na lagoa, deslumbrei-me com aquele ambiente e descobri um colorido que me marcou a ponto de alguns anos depois querer saber mais sobre este parque.

Em 2008, quando retornei à Florianópolis, desta vez com o propósito de conversar com o meu atual orientador sobre um possível mestrado, voltei ao Parque e tive uma surpresa: havia uma sede, havia churrasqueiras, pedalinhos, crianças brincando no caiaque e ainda por cima uma história sobre tal “população tradicional⁶” que vivia numa área conhecida como Sertão do Peri.

Era outro parque que se apresentava a mim, bem diferente daquele lugar da figueira onde minha primeira vivência aconteceu. Naquele dia eu nem poderia imaginar que existia uma estrutura administrativa como aquela sede que se estendia aos meus olhos; e o que dizer da “população tradicional” que eu nem imaginava existir e que, talvez pelas minhas experiências anteriores, me despertava tanto interesse e curiosidade?

Retornei para São Carlos com tais surpresas e ansiedades que, após alguns meses de reflexão e, com a ajuda de algumas leituras, pude compreender que:

[...] os modos como enxergamos e nos relacionamos com a natureza são frutos do momento histórico em que vivemos. Muitas vezes, não percebemos que os nossos atos, as maneiras de narrar acontecimentos, os modos de vermos a nós mesmos e aos outros, tudo isso, são negociações que vamos estabelecendo diariamente com os significados que nos interpelam através da cultura (GUIMARÃES, 2006, p. 7).

Partindo deste pressuposto refletia a respeito desta população que eu não enxergava no parque, mas que tinha conhecimento de sua existência, não apenas por palavras dos outros, mas por fotografias expostas na sede, e que mostravam o modo de vida “tradicional” em que

⁶ O termo “população tradicional” será discutido brevemente no capítulo 2 a partir do conceito de Diegues, de Manuela Carneiro da Cunha e também a partir do conceito de Híbridação Cultural de Canclini. Deste modo, por estar neste movimento de reflexão e questionamento a respeito deste conceito, sempre que eu for utilizá-lo colocarei aspas.

vivem com ênfase nos engenhos de farinha, cachaça e da rendeira de bilro⁷ que sorria na foto ao mostrar sua arte.

Baseada nas diferentes maneiras que vivenciei o parque a partir dos *significados que me interpelavam através da cultura* em que estou inserida, refletia também sobre as ricas relações e sentidos que deveriam ter aquelas pessoas que viviam ali há muitas gerações, dentro de um contexto cultural tão diferente do meu e de tantos outros que passaram por lá.

Mas de que maneira aquela população se fazia presente naquele lugar? Eu não conseguia ouvir suas vozes a partir das fotografias tiradas por alguém que não eles próprios e que expunham suas existências como “cartões-postais que insistem na política representacional, que participam da investida contemporânea numa experiência identitária”⁸. Foi assim que, em meio a estas divagações, elaborei a seguinte questão que me moveu no princípio desta pesquisa:

Como os/as moradores/as do Sertão do Peri, constituem relações com os ambientes em que vivem, os quais são protegidos por determinações legais?

Percebia neste meu questionamento um silêncio por parte destas pessoas, como se outras vozes, talvez mais legitimadas e representadas pelo discurso⁹ oficial do parque, falassem por elas. Além disso, era explícito - para mim que já havia me inserido em outros contextos que relacionavam áreas de preservação envolvendo populações que nela residem - que existia ali um embate político entre a gerência do parque e esta população que passou a ser “invasora” desde a criação do mesmo.

Como a EA já estava arraigada em mim e, pela minha própria vivência, eu já sabia que apenas ir ao parque e desfrutar de suas belezas “naturais” não permitia pensar sobre os modos de vida destes sujeitos

⁷ A confecção da renda de bilro é uma atividade artesanal com origens na população açoriana que colonizou a Ilha de Santa Catarina no século XVII. Ainda é realizada por muitas mulheres em toda a ilha, inclusive no Sertão do Peri.

⁸ Frase apreendida durante a apresentação do projeto *Fabulografias* em áfricas-cartões-postais, por Susana Oliveira Dias e Alik Wunder, durante a mesa redonda: *Fabulografias*, do segundo encontro Conexões Deleuze e Fabulação e..., em Campinas, 10 de maio de 2010.

⁹ Ao longo desta dissertação utilizarei com frequência a noção de discurso, sendo necessário demarcar que meu entendimento deste conceito está embasado na concepção de Foucault (1999) que o considera como “uma prática que forma os objetos de que fala” apresentando conseqüências teóricas e práticas.

nos lugares onde exercem suas existências. Deste modo, também me perguntei:

Como pensar uma Educação Ambiental no Parque que permita indagações sobre as relações socioambientais desses sujeitos?

Motivada por tais inquietações iniciais ingressei no mestrado em Educação da UFSC afinal, “que podemos cada um de nós fazer sem transformar a nossa inquietude em uma história?” (LARROSA, 2000, p. 22). Deixei em Campinas, lugar em que morava após ter me formado, um mundo de experiências que me inundavam naquele momento em que trabalhava como professora auxiliar em uma escola de ensino infantil. Tal experiência foi fundamental para consolidar o meu desejo de fazer mestrado em educação.

De início, o abalo de minhas convicções acerca da Educação Ambiental continuava nesta nova fase de desconstrução durante as disciplinas do mestrado. Tive contato principalmente com autores que considero inspirados em uma perspectiva, denominada como Pós-Moderna, porque visa desconstruir alguns alicerces instituídos pelo período da modernidade e, sendo assim, já não busca essências, nem fundamentos estáveis, é um pensamento que rejeita as pretensões de universalidade, das repostas generalizadas a todo o momento e por isso, também têm sido denominado como o “pensamento da diferença”.

Quando eu fazia o exercício de pensar os conflitos socioambientais existentes no Parque Municipal da Lagoa do Peri pelas vias deste pensamento pós-moderno, ficava cada vez mais claro que esta situação de “silenciamento” das pessoas que o habitam era um sintoma do descaso com sua cultura e a forma de se relacionarem com o meio em que vivem, uma vez que estes valores não eram reconhecidos e prevalecia o discurso de um pensamento hegemônico que se faz legítimo ao exercer seu poder. Esta situação também pode ser identificada no sistema educacional em geral como esclarece Gusmão no excerto a seguir:

[...] interesses, dominação, exploração revelando a existência do poder e seu exercício sobre os indivíduos, grupos, sociedades tidos como diferentes. Um educar que muitas vezes, tem sido o meio pelo qual o diferente deve ser transformado em igual para que se possa submeter, dominar e explorar em nome de um modelo cultural que se acredita natural, universal e humano (GUSMÃO, 2000, p.17).

Deste modo fui pensando em minha dissertação como uma possibilidade de questionar verdades que já estão postas por poderes que circulam em nossa sociedade, como os discursos de preservação do meio ambiente que é veiculado pela política das unidades de conservação que se esquecem dos homens, mulheres, ou melhor, de nós que também compomos uma história de relação com a natureza (ZANCO, 2009).

Mais uma vez o incômodo-combustível me impulsionava para buscar uma maneira de sanar minha insatisfação com aquele aspecto da “realidade” do Parque Municipal da Lagoa do Peri que, a mim, parecia como já estabelecido naquele ambiente. Com relação a esta insatisfação Corazza afirma ser este sentimento o mote para o nascimento de toda e qualquer pesquisa uma vez que:

[...] para alguém sentir e aceitar que está insatisfeita/o é necessário que, em outra esfera que não a dos dados ditos empíricos, sua experiência de pensamento engaje-se na criação de uma nova política das verdades, colocando em funcionamento outra máquina de pensar, de significar, de analisar, de desejar, de atribuir e produzir sentidos, de interrogar em que sentidos há sentidos (CORAZZA, 2002, p. 111).

Para colocar *em funcionamento uma outra máquina de pensar*, percebi que era necessário esvaziar-me de tudo aquilo que me preenche. A partir da leitura do livro de Esther Díaz (2007) durante uma das disciplinas do mestrado vislumbrei-me não mais como autora de uma futura dissertação, mas como uma *máquina abstrata*, uma vez que sou um instrumento que materializa na forma textual aquilo que me atravessa e não o que emana de mim.

Deste modo, esvaziar-me de tudo isto que narrei e que disse fazer parte de mim, dos significados que fui construindo ao longo de minhas experiências foi então meu primeiro desafio, e posso dizer que ainda está sendo, pois assim como escreveu Pignatelli (1993), emergir do que sou para então criar outros possíveis de ser é um processo bastante complexo:

[...] a liberdade consiste numa abertura para possibilidades diferentes, para formas de nos vermos a nós próprios e a nossas práticas de forma

diferente, através de uma tentativa para identificar o arbitrário naquilo que pode aparecer como fundamental ou essencial (PIGNATELLI, 1993, p. 134).

Neste processo, entretanto, sou tomada por um vazio e um silêncio que não conseguem preencher aqueles significados/espacos que me compunham e alguns questionamentos ficam sem respostas até que se identifique “o arbitrário naquilo que me parecia como fundamental ou essencial”:

Como deixar caber dentro de mim a postura de uma pesquisadora que busca contribuir em um determinado sentido que considera importante e ao mesmo tempo que não olha para aquela realidade apenas pela lente de seus desejos e de suas certezas? (WUNDER, 2002, p. 91)

Assim já questionava a referida autora em sua dissertação quando ao adentrar em uma escola na Barra do Ribeira (SP) tinha a vontade latente de transformar seu olhar sobre as situações que vivenciou durante suas primeiras idas a campo. Eu me identifico muito com tal desejo e questionamento, sendo esta minha dissertação a oportunidade de tomar pelo avesso as significações e verdades vigentes com relação ao Parque e a população que nele habita para destacar outras redes de significações.

Encerro esse capítulo inspirada em um poema de Manoel de Barros (2007) deixando explícito o meu desejo de “[...] construir uma ruína. Embora eu saiba que uma ruína é uma desconstrução [...]” e neste movimento de investigação no qual muitas vezes “não sabemos, por algum tempo, o que dizer, o que afirmar, como agir” (CORAZZA, 2002, p.113), eu negue não apenas o já-sabido e instituído por algumas instâncias de poder mas também minha própria verdade, as minhas práticas e os meus princípios mais arraigados e já estabelecidos por aquilo que me preenche e do qual desejo esvaziar-me.

Capítulo 2

*No caminhar da pesquisa, uma imersão
em diferentes “realidades”*



teve a intenção de fotografar as açucenas da lagoa e eu lhe perguntei se seriam estas Açucenas aquela planta em abundância que conhecemos como Peri.

Ela demonstrou-se surpresa ao associar aquela planta que ela sempre teve o costume de denominar como Açucena ao nome dado a lagoa e ao Parque.



A pesquisa que passo agora a relatar, resultou do meu encontro com um lugar, o Parque Municipal da Lagoa do Peri, e uma prática teórica que me permitiu transformar uma insatisfação em um problema de pesquisa. Corazza (2002) destaca que não existe uma “realidade-referente” onde ir buscar nossos problemas de pesquisa porque estes se instituem a partir das práticas teóricas que o criam enquanto problemas.

Numa investigação como a qual me propus a realizar, sob esta inspiração pós-moderna, não posso afirmar que existe um problema na *realidade* dos/as moradores/as do Sertão do Peri o qual identifiquei, porque já estava lá, oculto e/ou a espera de uma resolução. Isto porque:

[...] *realidade*, não é uma coisa – uma situação, uma condição, um estado – que possa ser vista, analisada, investigada “no que realmente é”; nem existem enunciados que sejam mais adequados a esta coisa, ou que a representem de forma mais conveniente, mais pertinente. Assim, não é possível encontrar a *verdade* na/da realidade, ou a realidade verdadeira; bem como, não existe a *falsa* realidade, vista e falada de determinado ângulo enganoso (CORAZZA, 2002, p. 115, grifo da autora).

No artigo de Oliveira Jr. (2009), há um breve destaque ao caminho que os estudos pós-estruturalistas têm tomado para colocar de outras maneiras a noção de realidade ao questionar, principalmente, seu amparo na visualidade, a lógica da representação e a concepção de realidade como essência.

Na esteira deste pensamento, assumo que não existe uma *realidade* do Sertão do Peri que possa ser considerada como verdadeira, mas tantas *realidades* quantas sejam possíveis de serem enunciadas e, neste sentido, a possibilidade de determinada realidade ser enunciada ou não, participa de uma disputa de poder político presente em nossa sociedade, na qual o “vencedor” passa a ter a legitimidade que o permite afirmar o que é verdadeiro ou não (FOUCAULT, 1999).

Sendo assim, reafirmo os pensamentos de Corazza (2002) que considera o início da construção de um problema de pesquisa a suspeita de representações e significados consensuais, partilhados, naturalizados e/ou tidos como universais, ou seja, duvidar de tudo aquilo que possui estatuto de verdade.

Foi a partir de tais pensamentos que, em vez de descobrir, engendrei o meu problema de pesquisa. Quando estive diante das fotografias que exibiam as pessoas do Sertão do Peri em suas atividades tidas como tradicionais aos turistas que - como eu naquele momento - visitavam o Parque, questionei-me se, caso lhes fossem sugerido fotografar sua *realidade*, aquelas pessoas não significariam de outra forma o lugar onde vivem. Neste princípio, instigava-me a curiosidade em saber:

Como o ambiente do Parque municipal da Lagoa do Peri é narrado através de fotografias pela população do Sertão?

Que outros sertões seriam possíveis de serem enunciados por meio deste convite a fotografar o lugar em que vivem?

Este lugar denominado como Sertão que pretendo contextualizar em um próximo momento, foi instituída como Área de Paisagem Cultural segundo as disposições da lei de implantação do mesmo e teria o objetivo de proteger a paisagem resultante das atividades tradicionais desta população residente (IPUF, 1978). Diante desta informação me questionava também se as diferentes formas como estas pessoas constituem relações com os ambientes em que vivem estariam presente nestas imagens produzidas por eles/as.

Diante do exposto, decidi investigar as narrativas destes/as moradores/as por meio da produção de imagens fotográficas e, sobretudo, investigar como os modos de ver um lugar habitado atravessam os olhos de personagens que preenchem com suas existências um lugar específico. Deste modo discuto os fios que estão em jogo nas tramas que vão compondo e/ou recompondo os diferentes “lugares” de um mesmo Parque que é percebido a partir das particularidades das relações estabelecidas com este ambiente e das lentes culturais e históricas de cada sujeito.

Interessa-me, também, pensar a Educação Ambiental sob a concepção pós-moderna de dissolução das essências para emergir a diferença. Não pretendo abordar os moradores do Sertão com discursos que enfatizem a sustentabilidade, a biodiversidade e que enuncie aquilo que se deve ou não ser feito e pensado para adequar comportamentos a um modo considerado ético de se habitar uma área de preservação. Uma EA pensada sob este outro enfoque tem a pretensão de promover a desconstrução das representações para focalizar as potências de um devir outro (AMORIM, 2008).

Para tanto, tenho feito o difícil exercício de deslocar meu pensamento do objetivo inicial que me movimentou: o estudo das

representações destes moradores a respeito do lugar em que vivem a partir da fotografia. Ao adentrar em diferentes universos teóricos, desconstruí esta minha maneira de pensar e, neste movimento, começo a vislumbrar o ato de fotografar como um dispositivo potente para a criação de diferentes *realidades*, conduzindo outra relação com a fotografia, sendo esta uma estrutura autônoma e imponente pela força de sua auto-referência. (XAVIER, 2008).

Mergulhar nestas diferentes *realidades* que eu venho percebendo, tanto a respeito do ambiente que envolve a minha investigação como no meio acadêmico, no qual eu também percebo um “mundo de realidades” possíveis de serem enunciadas, foi um grande desafio. Deste modo meu intuito, ao escrever este capítulo, é situar a pesquisa dentro deste universo no qual estou atualmente imersa, começando pela breve contextualização da área que escolhi para realizar este estudo, seguido de uma reflexão sobre a ideia de sertão em geral, na qual busco brevemente reconstruir o caminho histórico de sua construção simbólica e social tentando fazer um paralelo com a *realidade* cultural do Sertão do Peri.

2.1. Parque Municipal da Lagoa do Peri



Éramos quatro estudantes de biologia descobrindo os “cantinhos mais verdes” de Florianópolis no inverno de 2006. Ao abrir uma fotografia aérea da ilha, chamou-me a atenção um concentrado de cor

verde na região sul que indicava o Parque Municipal da Lagoa do Peri e para lá fomos caminhando e experienciando a paisagem cortada pela rodovia SC 406.

Entre carros, praias, vegetações e até a Operação Tapete Preto¹⁰ chegamos a uma ruazinha de terra que levou-nos a uma figueira imensa guardada na beira da lagoa. Como crianças, brincamos com os deslocamentos por entre os espaços do privado e do público no parque, sem nos darmos conta da silenciosa presença das cercas, das tensões que envolviam aquele espaço, das transgressões que inconscientemente provocávamos ao subir naquela árvore, guardiã de um balanço enrolado no alto de um galho, como que escondido, privando - seja lá por qual motivo - que outros o usufruíssem.

Era o quintal de uma casa? Mas, a casa estava dentro de um parque de uso público? No momento, nenhum destes questionamentos que hoje proponho discutir, impediu-nos de desenrolá-lo e balançarmos sem medo. Afinal éramos como crianças descobrindo um novo território e para se divertir, que mais precisaria a criança do que um balanço e um amigo?

Naqueles dias eu não pensava acerca das políticas de criação de áreas protegidas, que também faziam parte daquela *realidade* que eu experienciava, daquele contexto de pessoas vivendo em áreas de preservação. Hoje sei que tais políticas, iniciadas em meados do século XIX nos Estados Unidos, constituem uma das políticas mais utilizadas no Brasil, mesmo estando em conflito com a realidade de países tropicais como o nosso, cujas florestas sempre foram habitadas por populações indígenas entre outras que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais (DIEGUES, 2004).

Este não é o caso daquela população que vive nas sofisticadas ou nas também simples residências ao lado da lagoa e que há muito tempo deixaram de viver da subsistência dos recursos naturais, sendo que a maioria migrou de outras regiões do país. Tampouco a implantação do Parque Municipal da Lagoa do Peri “teve a pretensão de ser algo intocável, inacessível” (IPUF, 1978), propondo ser um benefício social comum através da preservação do patrimônio natural, com o propósito de oferecer alternativas de lazer, sem estimular as atividades e o turismo

¹⁰ Esta operação foi uma iniciativa da Prefeitura de Florianópolis para realizar a pavimentação de 54 vias da ilha sendo uma dela a SC 406, por onde passávamos no momento de sua execução.

intenso, o que causaria uso demasiado dos recursos naturais (BATISTA, 2002).

As pessoas que vivem no arredor de onde vivenciamos aquela tarde são apenas uma parcela de toda a população que vive no interior do parque¹¹. Tais residências localizam-se na Área de Lazer, instituída pelo Plano Diretor de Ocupação e Uso do Solo que subdivide o parque em mais outras duas áreas (ANEXO I), cada qual com uma definição do uso do solo apropriado às suas qualificações (CECCA, 1997).

A população do Sertão do Peri habita a Área de Paisagem Cultural, localizada em meio a duas cadeias montanhosas (denominadas a leste, como Costa de Cima e a oeste como Costeira do Ribeirão), o que torna difícil seu acesso, que se dá pela estrada Francisco Thomas dos Santos, não podendo ser observada, percebida ou vivenciada sem transpor uma destas montanhas. Ainda me lembro quando transpus montanhas em busca de meu primeiro encontro com este lugar e com seus moradores assim que cheguei em Florianópolis, desta vez para morar e realizar minha pesquisa de mestrado, em agosto de 2009:

O dia estava cinza, sem a presença de sol, como aquele em que a chuva ameaça, mas não cai. Fui junto com uma amiga que já havia realizado uma pesquisa nesta região e que conhecia muitos de seus moradores. Encontramo-nos no terminal do Rio Tavares, de onde saem a maioria dos ônibus que circulam pelo sul da ilha, e na metade da manhã estávamos subindo um morro cheinho de curvas e que me pareciam, neste primeiro contato, intermináveis. Caminhamos por uma estrada que tem o nome de Seo Chico, personagem lendário que morou muito tempo no Sertão e foi assassinado há 13 anos – segundo os moradores que encontrei por lá – cuja história originou um documentário que conta de sua vida e que foi interrompido pela sua morte. Esta estrada, no alto do morro que nos leva ao Sertão, é o lugar de onde já começamos avistar as casas desta região. Ela marca o início do Sertão do Peri, ou Sertão do Ribeirão como também é conhecido por alguns de

¹¹Segundo dados da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), residem no território do Parque 700 pessoas (CABRAL, 1999). O mesmo autor afirma que deste total de habitantes 77% residem na Área de Lazer, sendo subdivididos em duas aglomerações: uma bem maior, a do núcleo da Praia da Armação, e outra menor, que se identifica como "Comunidade da Lagoa do Peri".

seus habitantes (DIÁRIO DE CAMPO, 22/08/2009, p. 1).

E assim iniciei minhas vivências com aquela paisagem, com a população¹² que dela faz parte e com a qual escolhi realizar o meu trabalho porque acreditava que poderia, por meio da produção de fotografias, dar-lhes a oportunidade de mostrar aquilo que eles gostariam de tornar visível e que não podiam porque eram silenciados¹³ por um discurso hegemônico que os fixava em uma identidade única baseada em uma política representacional, que participa da investida contemporânea numa experiência identitária que cristaliza as características culturais destas pessoas como sendo uma “população tradicional”, ou seja, os nativos do Parque que estão inseridos em um meio ambiente natural. Porém, ao longo das muitas idas a campo, fui percebendo que eu precisaria esvaziar-me desta sensação de que eles precisariam de mim para isto e que tal silenciamento que pensava existir também era um equívoco.

Apesar do isolamento geográfico, a população do Sertão se faz presente não apenas pela representação fotográfica na exposição da sede do Parque, nas matérias de jornal, nos livros e vídeos já produzidos sobre aquele lugar, mas por meio da participação de membros nos órgãos de gestão do parque, pelo próprio incômodo da administração com relação as suas práticas agrícolas (consideradas inadequadas para uma área de preservação) e, claro, por suas práticas culturais de alambique, engenho de farinha e artesanatos, tão apreciados por turistas e órgãos públicos que prezam pela manutenção destas.

Uma forma de assegurar tais práticas está prevista em uma proposta contida no já citado Plano Diretor. Esta proposta visa propiciar o desenvolvimento social crescente desta comunidade nativa,

¹² De acordo com o cadastro de moradores da FLORAM 1997/1998 (PEREIRA, 2001), na década de 1990 a região do Sertão do Ribeirão possuía 147 habitantes, organizados em 35 famílias com residências fixas ou temporárias. Dados mais recentes, obtidos a partir de uma conversa com a agente de saúde desta região, apontam a existência de 44 residências, sendo 20 residências fixas, 22 temporárias e 02 abandonadas, totalizando um número estimado de 53 moradores fixos e 50 temporários.

¹³ Este silenciamento percebido inicialmente, penso estar relacionado a desconsideração, por parte dos órgãos públicos de gestão do Parque e até mesmo dos meios de comunicação que veiculam ideias e imagens do Sertão, do contexto das tantas interconexões culturais que ocorreram e que ainda ocorrem com este grupo que participa deste mundo globalizado e que apresentam uma identidade transeunte para além daquela imagem comum e fixa de uma “população tradicional inserida em um meio ambiente natural”.

compatibilizando as atividades humanas com os recursos naturais. Entretanto, em muitos aspectos, o Parque não foi implantado conforme previsto:

Foi possível constatar que, na prática, os moradores não foram devidamente envolvidos nas proposições referentes à implantação do Parque, onde deveriam desempenhar um papel de participação efetiva no planejamento das ações, contribuindo para as mesmas, tendo por base o conhecimento incorporado ao longo das gerações, auxiliando, desta forma, no processo de conservação ambiental e de desenvolvimento social (BATISTA, 2002, p. 14)

Pude perceber em minhas visitas que até hoje persistem os problemas que expressam a incompatibilidade entre a dimensão instituída e vivida, tanto no caso dos moradores da área de lazer quanto daqueles da paisagem cultural. O trecho a seguir, extraído da conversa com um morador durante uma ida a campo, exemplifica uma destas questões incompatíveis ao relatar a ausência de discussões para definir o destino comum da escola situada no Sertão do Peri:

Disse que a escola onde eram realizadas as oficinas com as crianças será fechada pela falta de alunos e que este espaço deveria permanecer aberto para que outros trabalhos do mesmo cunho fossem realizados. Continuou nossa conversa dizendo que “estão querendo transformar a escola em sede de fiscalização do parque, o que seria muito complicado para toda a população”. Conversei com outros moradores e percebi que, principalmente os homens, falam com muita ênfase e demonstram suas angústias a respeito da existência do parque e os conflitos que esta instituição gera em suas vidas (DIÁRIO DE CAMPO, 04/10/2009, p. 4).

Este embate movimenta meus pensamentos sobre a complexidade dos problemas ambientais que nossa sociedade enfrenta atualmente e, principalmente, sobre a necessidade de uma educação ambiental, ou educação de modo geral, que promova a reflexão, a dúvida e a ampliação de alguns discursos já arraigados e que desconsideram algumas *realidades* possíveis em detrimento de uma única, já legitimada. Segundo Barcelos (2008), toda esta complexidade é

considerada como múltipla, envolve atores variados e interesses diversificados:

As relações de poder são extremamente fortes e, não raro, entre atores e instituições em situações muito distintas e desiguais. São tais características que acabam nos mostrando os verdadeiros paradoxos que enfrentamos quando vamos tratar das questões ambientais (BARCELOS, 2008, p. 59).

Os paradoxos estão presentes em muitas etapas da implementação do Parque Municipal da Lagoa do Peri, uma vez que a interpretação dos problemas ambientais é distinta para cada pessoa, processada através de representações e também de seus conhecimentos que podem vir permeados por outras formas de saberes como o saber étnico e o saber popular (BARCELOS, 2008). Os critérios de conservação, principalmente das Estações Ecológicas e dos Parques, dão mais consistência a estes paradoxos porque pautaram-se na visão de que qualquer ação humana pode ter efeitos devastadores aos ecossistemas (DIEGUES, 2001, p. 69), o que acaba por desconsiderar estas outras formas de saberes.

A história do Parque, do ponto de vista institucional, iniciou-se em 1952 quando a Bacia da Lagoa do Peri foi contemplada no Decreto Federal que declarou todo o Sul da ilha de Santa Catarina como zona de “florestas remanescentes” e em 1976 a área foi tombada como “Patrimônio Natural¹⁴”.

A criação do Parque, datada de 1981, se deu na presença de antigos moradores que viviam da agricultura de subsistência cuja base tradicional estava em desacordo com a questão ambiental (BATISTA, 2002). Por estarem localizadas em áreas restritivas, essas atividades foram consideradas ilegais ou irregulares, o que fez com que muitas famílias vendessem suas terras, principalmente na Área de Lazer, migrando para outras regiões.

Em 1986 se concretizou o trabalho de fiscalização no parque (ZANCO, 2003), o que desencadeou os conflitos que marcam a relação entre moradores e Parque até os dias atuais. Segundo Cabral (1999), apesar da Associação dos Moradores – ASMOPE ter sido fundada¹⁵

¹⁴Decreto Municipal nº 1.408 (OLIVEIRA 2002 *apud* CARDOSO et AL 2008).

¹⁵A fundação é datada em 17 de maio de 1986.

com objetivos de defender os direitos e interesses dos moradores frente às ameaças e problemas desencadeados com o processo de implantação do Parque, uma série de demolições foi executada na década seguinte e outras ainda transitam pela procuradoria do município. O mesmo autor também relata que a implantação da Estação de Tratamento de Água - ETA, em 1995, e o início do processo de cadastramento das pessoas residentes do Parque, em 1997, também ocorreram sem o devido esclarecimento para esta comunidade nativa.

A comunidade, que foi privada, por muitas vezes, de iniciativas do poder público municipal que viabilizem a sua participação no processo de gestão do Parque, é a mesma que foi contemplada em um dos objetivos da sua criação, aquele que visa desenvolver socialmente a população nativa e proteger a paisagem resultante das suas atividades tradicionais, o que retrata mais um aspecto da paradoxal e complexa *realidade* deste Parque e das pessoas que o habitam.

2.2. Atmosfera do Sertão do Peri.

Pelo caminhar da pesquisa tive contato com artigos, teses e dissertações que me suscitaram reflexões inéditas, causando deslocamentos nas convicções que eu havia construído antes de me inserir neste novo universo. Quando deparei-me com o artigo de Amorim (2007), chamou-me a atenção a dimensão dada à palavra *atmosfera*, que ele traz na introdução do texto por meio de uma entrevista de Marisa Monte, dada à uma revista, sobre seu disco lançado em 2006, “Universo ao meu redor”.

A partir de uma pergunta que pedia para explicar o conceito de atmosfera do samba, uma atribuição que ela própria dera ao disco, “pois não se tratava de um disco de samba e, sim, o disco com a sua *atmosfera*” (p. 1), ela responde que este conceito está relacionado para além do ritmo, sendo a maneira de lidar com a música como um meio de celebração da vida, uma forma de preservar valores e agregar pessoas.

Refleti, a partir disso, sobre a minha forma de lidar com aquele Sertão ao qual estava sendo apresentada, a maneira com a qual eu iria lidar com as pessoas que eu estava conhecendo, com os valores que as agregavam e preocupava-me com os valores que eu iria preservar (ou não), destacar, ou esquecer neste constante movimento que envolve o processo da pesquisa.

A diversidade cultural e biológica do Sertão do Peri, os seus conflitos socioambientais e as movimentações sociais decorrentes deles entusiasmavam meu olhar investigativo. Nas conversas com os

moradores em minhas visitas iniciais (que aconteceram no mês de agosto a novembro de 2009), fui percebendo que eu era mais uma dentre muitos pesquisadores que há anos visitam e estudam este lugar:

[...] me contou do seu envolvimento com outros projetos já realizados ali, inclusive um de educação ambiental mediado por estudantes da UDESC e da UFSC. Falei da minha ideia de realizar atividades que permitam aos moradores apresentarem outras visibilidades a respeito do parque, de suas relações com o ambiente em que vivem por meio de fotografias e ela demonstrou um determinado interesse. Disse que as pessoas dali não possuem o hábito de fotografar e que quem faz muito isso são as pessoas da universidade (DIÁRIO DE CAMPO, 22/08/2009, p.3).

Nestas primeiras visitas, eu sempre fui acompanhada por pessoas que lá haviam desenvolvido suas pesquisas e que, ao contrário do que muitas vezes acontece, se interessavam em voltar ao Sertão para visitá-los - não apenas para dar um retorno, mas para manter os laços afetivos construídos durante este processo ou então para despedirem-se porque estavam mudando-se de Florianópolis.

Entre chegadas e despedidas fui me envolvendo, deixando aflorar em mim alguns sentimentos de simpatia por aquelas pessoas que sempre nos recebiam tão atenciosamente e fui percebendo uma *atmosfera* do Sertão na qual eu imergia para também desenvolver minha pesquisa, mas ao mesmo tempo me atentava a uma preocupação em não capturar o Sertão por meio das imagens a serem produzidas por mim e pelos próprios moradores, mas sim a sua *atmosfera* como “*uma forma de preservação da vida pelo desejo de uma sonoridade cuja incorporeidade possa ser memória: sons dos pássaros, flores, paixão [...]*” (AMORIM, 2007, p.1). Imagens e sons; imagens que carregassem uma sonoridade e a força dos signos daquele universo que eu não pretendia paralisar, deixar estático por meio de uma captura, assim como não pretendia também classificar a cultura destas pessoas dentro de uma categoria estática como é o caso de uma cultura dita “tradicional”.

Mas nem sempre pensei assim e por isso creio ser necessário, neste tópico em que me dedico a falar desta *atmosfera* do Sertão, explicitar outros porquês – além dos até então citados ao longo deste

texto - que me estimularam a convidar estes moradores e moradoras a produzirem imagens do lugar em que vivem. A princípio, não posso omitir, foi porque os enxergava como uma “população tradicional”, na concepção de Diegues¹⁶, e isto despertava-me interesse, pois acreditava que a maneira como estes se relacionavam com o ambiente em que vivem fosse de forma muito peculiar a ponto de proporcionar um benefício¹⁷ para o ecossistema em que residem e não um prejuízo como enxerga a política de implantação de parques.

Os primeiros habitantes do Sertão do Ribeirão, descendentes dos açorianos, fixaram-se na região a partir de 1761 (BATISTA, 2004). Nesta área percebe-se que há realmente um predomínio das lavouras de subsistência, porém muitas vezes associadas ao cultivo de cana-de-açúcar para produção de aguardente e alimentação do gado (PEREIRA, 2001), além da presença de lavouras de mandioca e aipim associadas à fabricação artesanal de farinha (BATISTA, 2004). Essas atividades são feitas muitas vezes de maneira artesanal e esporádica, apesar da grande influência do meio urbano uma vez que muitos moradores trabalham em outras localidades.

Assim, imaginei que seria interessante investigar como estes modos de vida tidos como “tradicionais” eram narrados por meio de fotografias. Com o tempo, a partir de minhas observações a campo e a partir do contato com trabalhos que foram realizados neste mesmo lugar afim de subsidiar o plano de manejo do parque, percebi que a existência de muitas daquelas famílias e suas práticas de subsistência como a agricultura e a criação de animais, modificavam o ambiente, muitas vezes, em desacordo com as práticas consideradas por muitos trabalhos científicos como mais adequadas para a conservação de áreas situadas em Parques:

¹⁶ De acordo com Diegues (1992, p.87 *apud* DIEGUES, 2004) “Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis”.

¹⁷ Alguns autores como Folke, C.; Colding, J.; Berkes, F. (2003) se empenharam em estudar as práticas de subsistência de algumas populações indígenas e tradicionais revelando a capacidade de adaptação dos ambientes em que estas intervêm sem comprometer a sua sustentabilidade. Defendem também que tal intervenção proporciona uma reorganização do ambiente que pode vir a trazer inovações positivas como a liberação de nichos que propiciem o desenvolvimento de uma maior variabilidade de espécies e, conseqüentemente, uma variabilidade genética maior que fortalece em vez de desequilibrá-lo.

Em geral, as práticas de cultivo continuam inadequadas e ainda se emprega o fogo na limpeza de áreas (coivara), sendo que alguns agricultores utilizam herbicida no controle de ervas daninhas, e, adubação química em escala muito reduzida. As pastagens ainda ocupam as baixadas, sopés e encostas, em um dos agravantes do manejo tradicional efetuado nessas áreas é que as margens dos córregos são mantidas sem vegetação ciliar (CABRAL, 1999, p. 49).

Meu intuito não é tomar um tom de acusação sobre o que é certo ou errado a respeito das práticas desta população, apenas comento este trecho da pesquisa de Cabral (1999) porque foram estas informações que colocaram em xeque a forma como eu vinha pensando e que me movimentaram para outras reflexões.

Além deste fator, alguns outros também me causaram deslocamentos e me fizeram olhar para esta população não mais como “tradicional”, a principal delas é a “decadência” deste modo de vida constatada nesta região do Sertão (área de paisagem cultural) por estes mesmos estudos já citados.

Esta descaracterização do modo de vida “tradicional” é relatada e justificada a partir de fatores como a decadência da agricultura a partir da década de 70 do século XX e da desestruturação da unidade de produção familiar que obrigaram muitos moradores a buscarem o trabalho assalariado (de vigia e de funcionário público) como complementação de renda. Somado a este fator está a baixa produtividade da terra devido às características de ordem edáficas¹⁸ e topográficas que, aliadas às limitações de uso e ocupação do solo impostas pelo parque agravam ainda mais este processo de “descaracterização cultural”.

Este outro modo de enxergar esta população e suas práticas abalou-me de início, e me incomodava determinados termos que as pessoas utilizavam para se referirem ao Sertão e sua população como as ideias já mencionadas de “decadência do modo de vida tradicional” e a de “descaracterização cultural”. Porém, após muitas buscas de respaldos teóricos que me apoiassem para continuar com esta ideia de produzir imagens com aqueles moradores, estudei o conceito de hibridação

¹⁸ Refere-se aos processos de formação e conservação de solos.

cultural de Néstor García Canclini, durante os encontros do nosso Grupo de Pesquisa TECENDO – Estudos Culturais e Educação Ambiental¹⁹.

Tal conceito me proporcionou outro olhar para esta população, olhar que me impedia de cristalizá-la como uma população que, por muitas gerações, permaneceu imutável com os seus costumes e crenças que a caracterizavam como uma população tradicional. Ao operar tal conceito, saíram de cena estas características e inclusive a ideia de que a população do Sertão havia sido “descaracterizada” e o processo de hibridação cultural tomava conta do olhar que passei a lançar sobre tais pessoas.

Esta população a qual me refiro tem suas rotas culturais provenientes dos agricultores e pescadores açorianos que imigraram para os arredores da ilha em meados do século XVIII (CABRAL, 1999). Para se adaptarem às características deste novo *habitat*, estes antepassados dos atuais moradores do Sertão tiveram que adotar elementos da agricultura indígena como o cultivo da mandioca, “que se tornou o principal componente da dieta alimentar e teve seu processo aperfeiçoado com a introdução de técnicas de moagem” (p. 29.). A maneira como estas pessoas foram respondendo aos impasses e desafios que lhes eram apresentados foi uma fusão de estruturas e práticas que geraram novas estruturas e novas práticas, como um resultado imprevisível deste processo migratório e da criatividade individual e coletiva destes imigrantes.

Este processo é denominado por Canclini (2007) como hibridação cultural e, para dar consistência aos argumentos que justificam minha particular mudança de olhar perante esta população, é apropriado recorrer a outros autores que também possuem respaldo nesta mesma fonte. Wortmann citando o referido autor destaca que:

[...] este mundo tão interconectado em que vivemos vem funcionando como um laboratório intercultural e estético, no qual as inovações formais ganham espaço e assumem as suas ambivalências, impactando os sujeitos de diferentes formas – às vezes causando-lhes prazer, outras vezes perplexidade, ou curiosidade, e outras indiferenças (WORTMANN, 2010, p. 3).

¹⁹ Para mais informações sobre o grupo acessar o site: <http://www.grupotecendo.com.br/>

Conforme destaca a autora, a hibridação cultural pode ser considerada como um conceito operante “*neste mundo tão interconectado em que vivemos*” e, de acordo com Canclini (2007), tornou-se indispensável para analisar as culturas a partir da década final do século XX - o que coincide com o processo de globalização que foi intensificado, principalmente, pelas novas tecnologias de comunicação. Entretanto, para alguns autores, este processo de hibridação já vem ocorrendo desde que a Europa se expandiu até a América (CANCLINI, 2007).

Para este autor o que há de mais frutífero na operação deste conceito é sua contribuição para que ocorra uma transformação nos discursos que versam sobre a identidade, a autenticidade e a pureza da cultura. Deste modo já não podemos pensar a cultura como sendo pura ou homogênia e o limiar da identidade é vista em relação com o outro, com a alteridade.

Considerar que a população residente no Sertão tenha sido “descaracterizada culturalmente” seria pensar sua cultura como algo estático, desconsiderando o contexto das tantas interconexões que ocorreram e que ainda ocorrem com este grupo de pessoas (como com tantos outros) e, deste modo, seria necessário pensar a cultura para além de um sistema de significados:

[...] pode-se então caracterizar a cultura “não como uma essência ou algo que cada grupo traz em si, mas como o subconjunto de diferenças que foram selecionadas e mobilizadas com o objetivo de articular as fronteiras da diferença” (Appadurai, 1996, *apud* Canclini, 2007a, p.48), entendimento que nos permite melhor proceder à análise das relações interculturais, entre as quais estão as estabelecidas entre culturas locais e formas culturais contidas no bojo dos processos de globalização (WORTMANN, 2010, p.4).

A cultura pensada sob tais preceitos permite-nos apropriá-la para destacar a diferença mais do que para referir-se a uma propriedade que caracterize indivíduos ou grupos, valorizando as ideias de movimento, de trânsito e de provisoriedade em vez de capturar tais grupos em determinados cânones que, caso sejam transgredidos, serão vistos como “descaracterizados”.

Na esteira deste pensamento, deparei-me também com o conceito de *espaço* como eventualidade, difundido pela geógrafa Doreen Massey (2008), que é uma ideia a se somar ao meu exercício de pensar este Sertão como sendo múltiplo, produto de inter-relações que implicam em um pensamento político que permite abandonar a ideia do espaço imutável e estático para pensá-lo como parte integrante da produção do novo e da sociedade.

Sendo assim, também não estou isenta desta hibridação que ocorre com e no encontro com outro. Nos termos desta autora, desde que entrei em contato com o ambiente deste Sertão, estabeleceu-se um plano de negociações que é ele próprio constitutivo deste lugar. Estou constantemente neste processo, deixando-me hibridar pelos diferentes contextos interculturais e as práticas que me atravessam, sendo um deles esta atmosfera do Sertão, a convivência com seus habitantes, a observação das práticas de Seo Zeca em seu alambique, de Seo Apolinário no engenho de farinha, Dona Dilma e Dona Vita com suas rendas de bilro, a Luzia, sua mãe Dona Didi e seu pai Seo João artesão e agricultor.

E a Educação Ambiental, não seria também um fator de hibridação cultural? Que intuito teria uma EA direcionada para as pessoas do Sertão do Peri, conforme prevê a legislação do Parque? Que sertões soam nas imagens produzidas pelos moradores e moradoras do parque?

Não tenho respostas por enquanto, apenas deixo inscrito com estes questionamentos o meu desejo de pensar a Educação Ambiental também imbricada neste processo de hibridação e como uma forma de promover “o cultural²⁰” valorizando-o por meio da diferença em vez de cristalizá-lo em uma forma tradicional estática.

2.3. Por que Sertão?

*O sertão está em toda parte;
o sertão está dentro da gente*
Guimarães Rosa

Já sabia Guimarães Rosa da importância desta categoria de pensamento espacial, social e imaginário no conjunto da história de

²⁰O antropólogo indiano Arjun Appadurai (1996, apud Canclini, 2007a), sugere que se adjective o termo, passando a referi-lo como “o cultural”, para entendê-lo como implicando “choque de significados nas fronteiras” (WORTMANN, 2010).

nosso país. Cinco séculos depois da chegada dos portugueses, que trouxeram o sertão em seu vocabulário (ou também “certão”), ele permanece vivo no pensamento e no cotidiano do Brasil porque se materializa em todas as regiões do país como uma relevante categoria espacial:

[...] entre os nordestinos, é tão crucial, tão prenhe de significados, que, sem ele, a própria noção de “Nordeste” se esvazia, carente de um de seus referencias essenciais. Que seriam de Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso sem seus sertões, como pensá-los? Em Santa Catarina, ainda hoje se emprega a expressão “sertão” para referir-se ao extremo oeste do Estado. Em partes do Paraná, a mesma expressão identifica uma área do interior de outro estado, - São Paulo, próxima a Sorocaba (provavelmente, uma reminiscência dos antigos caminhos das tropas). No Amazonas, “sertão de dentro” refere-se à fronteira do estado com a Venezuela, enquanto, no interior do Rio Grande do Sul, “sertão de fora” também nomeia área de fronteira, porém situada no Uruguai! (AMADO, 1995, p.145).

O sertão, também é tido como uma categoria de pensamento social e, de acordo com Amado (1995), foi muito recorrente no conjunto de nossa historiografia, principalmente nos escritos que tinha como tema básico o Brasil como nação.

A construção simbólica brasileira em torno de traços culturais portugueses, indígenas e africanos produziu uma consciência das distinções muito mais que a da integração (LIPPI, 1998). Entretanto, a consciência do espaço, da territorialidade, forneceu as bases da integração necessária para a formulação de um projeto de nação (ibid).

Vivido como experiência histórica, o sertão constituiu, por meio do pensamento social, uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia portuguesa e, após o século XIX, como nação (AMADO, 1995).

Originada pela cultura portuguesa em seu processo de colonização - não apenas no Brasil como nos outros continentes - esta categoria era utilizada para designar:

[...] não apenas espaços interiores da colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura (AMADO, p. 151).

O sertão, ainda hoje traz em si uma ideia de “terra sem lei”, sem dono, “terra de ninguém” *habitada por bárbaros*, ou seja, aqueles que não foram educados conforme a sociedade vigente: “*Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!*” (ROSA, 1985, p. 18, grifo meu).

Sendo a população do Sertão do Peri descendente das Ilhas Açorianas de domínio português e, considerando que estes vieram para a Ilha de Santa Catarina com o intuito maior de ocupação de territórios com legitimidade ameaçada pela Espanha, é coerente considerar que o nascente Sertão do Peri tenha em suas linhas de composição alguns elementos dessa história, que constitui certa origem ao termo sertão, contada pelas referências que acionei nesse momento da minha investigação.

Pouco mais de dois séculos se passaram desde a ocupação inicial do Sertão do Peri e algumas destas ideias ainda marcam este espaço. Algumas produções cinematográficas sobre o Sertão do Peri circulam em Florianópolis e enquadram alguns significados que pude apreender ao assisti-las.

Histórias de lobisomem, bruxas e seres estranhos que habitam este sertão trazem uma atmosfera de mistério, paranormalidade, dimensões ou níveis de energia diferentes que, muitas vezes, é mediado pelas crenças religiosas de alguns moradores. “*Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar*” (ROSA, 1985, p. 24).

A esse respeito, a história de um engenho que funcionava sozinho no meio da madrugada, contada e recontada por diferentes personagens do filme “Aquecendo Memórias”, é um bom exemplo. Uma das moradoras explica durante o filme que isto só acontecia quando alguma pessoa morria no meio da noite e fazia a roda do engenho girar para dar sinal aos outros moradores, sendo tal morte confirmada ao amanhecer quando chegava a notícia de que “fulano havia morrido naquela madrugada”.

Podemos perceber o enquadramento “lugar tradicional” a partir do filme *Seo Chico*, que retrata a vida deste senhor - única pessoa que ainda sobrevivia da produção artesanal da cachaça em um engenho movido a tração animal até o ano de 1996, quando foi brutalmente assassinado. Outras imagens semelhantes focando a produção da farinha de mandioca, por exemplo, aparecem no já referido “Aquecendo Memórias” e em “A visita” ambas as produções foram realizadas por docentes e discentes da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC).

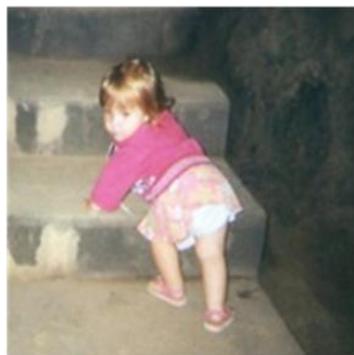
“Zona de paisagem cultural” é outra linha constitutiva estabelecida pela lei de implantação do Parque que também tece o imaginário de muitas pessoas sobre o Sertão do Peri. Diante da constatação de algumas incompatibilidades me arrisco a dizer que esta também pode ser considerada uma “Zona de Conflito”, e quando fui a campo constatei em conversas informais que muitos pesquisadores, moradores e funcionários do Parque também enunciam o mesmo.

Quando fui ao Sertão do Peri pela primeira vez, reagi como quem busca apreender cinematograficamente tudo aquilo eu já sabia pelas lentes que me levaram a vê-lo de determinados modos. Tal apreensão cria uma sensação de sufoco, de confusão, pois percebo a força constitutiva das imagens que carregam tal enquadramento me afetando. Como seria possível ver e sentir o múltiplo Sertão não capturado pelos/nos filmes, imagens e/ou teses e dissertações as quais já tive acesso? Por que não criar uma espécie de “filme” singular, pelo tempo em que lá estivermos eu e os moradores interagindo, enquanto personagens breves?

Por meio destes pensamentos, inspirados na leitura de Guimarães (2010), que imaginei o dispositivo “ato de fotografar” como possibilidade de criar esta singularidade, estes outros olhares. Portanto, neste próximo capítulo, passo a tecer considerações sobre a criação e a operação deste dispositivo e empreenderei a tarefa de construir minha escrita com as imagens produzidas, buscando não ater-me à análise delas, mas sem abrir mão de querer dizer algumas coisas a respeito.

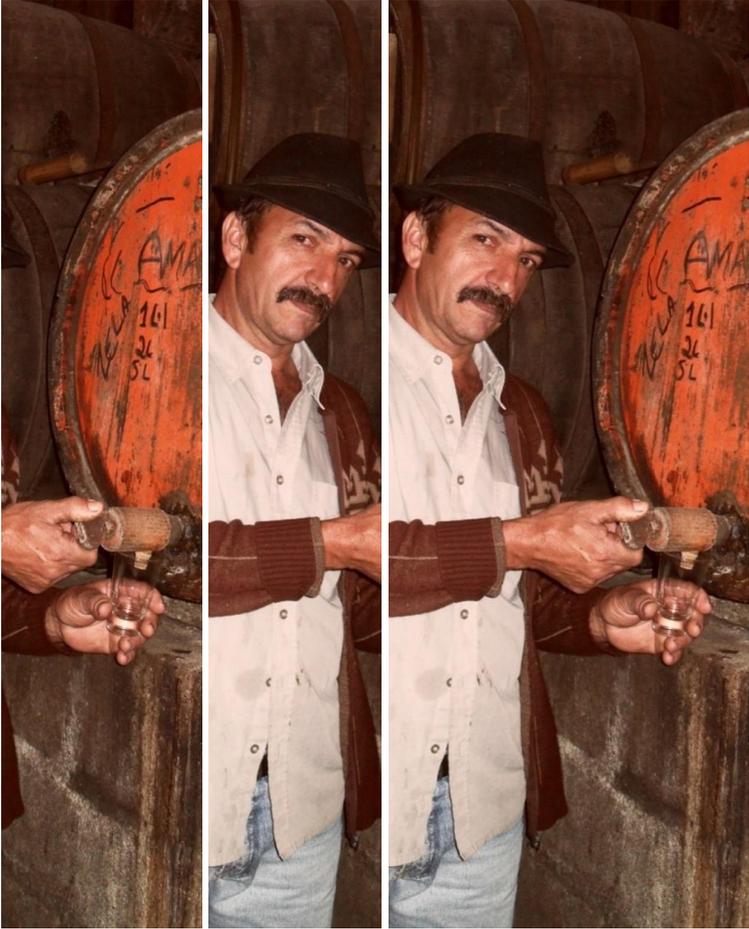


O que está silenciado no sertão?
O tempo em
passagem...o
imaterial...A História
movendo-se...



Capítulo 3

Luz que escreve em papel sensível



Fotografia é o codinome da mais aguda percepção que a nós nos vai mostrando e da evanescência de tudo, edifica uma permanência cristal do tempo no papel.

Carlos Drumond de Andrade

Este capítulo foi pensando como uma forma de abordar os constantes deslizamentos de meu pensamento nessa aventura de pesquisar com a imagem fotográfica. Neste processo, pretendo fazer um movimento de análise pelo “caminho do entre meio”, uma análise que tenta contar o que as imagens podem produzir nas pessoas, sem ater-me centralmente às representações que poderiam estar presentes, visando uma decomposição daquilo que é recorrente, naturalizado e por isso, tido como “clichê” que marcam as ideias circulares de sertão. Portanto realizo a experimentação de uma outra escrita, um mergulho na multiplicidade de sentidos que afloram do encontro com imagens e falas descoladas de uma explicação que as fixa como sentido único (WUNDER, 2002).

Neste sentido, longe de identificar o que quer dizer a fotografia, usá-la como elemento ilustrativo ou como mero recurso didático para exemplificar questões, pretendo explorá-la afim de extrair relações com o presente, no sentido de apresentar, as subjetividades e pensamentos que afloram neste ato de produzir e observar fotografias e poder, então, levantar questões à Educação Ambiental. Além disso, busquei também com este capítulo, elaborar meu entendimento de dispositivo, esclarecendo a noção que tomo de uma “Educação Ambiental como dispositivo”, aproveitando a oportunidade para introduzir a ideia de “foto-dispositivo” que me arrisco a elaborar neste trabalho.

3.1. Um processo (de)formação

Quando me inscrevi para o processo seletivo deste programa ao qual estou vinculada, meu projeto pretendia estudar as representações dos moradores do Parque Municipal da Lagoa do Peri a partir da produção de fotografias e assim, identificar suas narrativas e olhares em relação ao Parque e a possível relação destas representações com o contexto sócio-cultural em que estão inseridos. Deste modo alguns dos objetivos que resgatei em meu antigo projeto eram:

1. Trabalhar estas narrativas e olhares a partir da fotografia, na perspectiva de uma pedagogia para a criação de escrituras e imagens sobre o Parque Municipal da Lagoa do Peri;
2. Compreender os sentidos e as concepções que são apresentadas pelos participantes em relação às suas fotografias a partir de narrativas autobiográficas;
3. Discutir a forma de expressão e comunicação através da fotografia e a sua relação com a educação em geral e com a EA em particular;

Ao continuar o meu processo (de)formação na pós-graduação muitas transformações foram acontecendo, como já mencionei anteriormente, e fui deformando minhas convicções para dar forma a outras possibilidades de enunciar aquilo que, a princípio, me moveu para produzir esta pesquisa.

Escrevi aquele projeto partindo do conhecimento de autores como Hall (1997) e Silva (1999) que, a respeito das representações nos Estudos Culturais, me ensinaram que para uma representação adquirir sentido é necessário que esta esteja inserida em um sistema de significação, sendo que, segundo Hall (1997), os significados são constantemente produzidos e intercambiados nas interações sociais das quais participamos e também através de uma variedade de meios, especialmente os meios de comunicação em massa.

Por compreender, naquele período, a fotografia como um sistema de significação que "proporciona olhar para determinados objetos, acontecimentos, cenários e produzir diferentes representações sobre as coisas que nos cercam e também constitui, em certa medida, aquele que olha" (AZEVEDO, 2008), que me propus aos objetivos anteriores.

Como já mencionei anteriormente, fui percebendo que os estudos das representações têm sofrido algumas críticas na produção acadêmica mais recente²¹. Li muitos autores, principalmente os que falam sobre fotografia, o que fez movimentar meu pensamento inicial da fotografia como instrumento de representação. Nesta transição ajudou-me muito os pensamentos de Oliveira Jr. (2009) que problematiza o "representar" como *ser-o-mesmo-que* em detrimento do *estar-no-lugar-de*. Notadamente no que se refere às fotografias, o autor nos chama

²¹ Para saber mais sobre este tema ler AMORIM (2007, 2008)

atenção para esta distinção que é quase sempre apagada, fazendo com que um sentido torne-se outro, o “não é” tornando-se “é”.

Isso acontece porque, uma das características que confere à fotografia a sua credibilidade quanto a uma representação de determinados fatos, de determinadas realidades é a sua verossimilhança em relação à subjetividade humana, sendo a sua imagem mental muito bem representada pela impressão da luz no papel fotoquímico e, assim, as imagens remetem a certas coisas e apresentam-nos essas tais coisas com forte naturalidade àquilo que vemos no mundo além das imagens (ibid). Porém:

Seria importante chamar atenção para a imagem como coisas em si, antes de ela remeter a outras que estão nela. Enquanto uma imagem for somente identificada com os índices visuais nela presentes (como uma representação), ela não conseguirá ser tomada como uma obra em si mesma, uma versão de mundo que diz do mundo no qual se insere, uma grafia deste mundo que é, sobretudo, um gesto na cultura (OLIVEIRA JR, 2009, p. 22).

No final de 2009 participei de uma oficina ministrada por este mesmo autor durante o Simpósio de Geografia da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) e nesta, apreendi que as imagens participam de um jeito de pensar o mundo. Imagens são sujeitos de ação, agem sobre nós e por isso assumem o poder de nos assujeitar, de nos educar, mesmo com o conhecimento de que esta mesma imagem foi previamente educada por um outro sujeito, como aquele que tira a fotografia por exemplo. Deste modo, fotografias podem ser pensadas como um acoplamento entre o objeto a ser fotografado, a subjetividade de quem fotografa e daqueles que as observam.

A fotografia pode ser entendida também como outra linguagem, produtora de discursos e conhecimentos outros, uma matéria prima que não comprova algo dito real - visão esta destituída da subjetividade de quem fotografa, mas que dá forma, cor e textura própria aos saberes gerados por ela (WUNDER, 2006).

Azevedo (2008) em seu trabalho sobre visibilidade fotográfica faz uma viagem pela história da fotografia desde a criação da câmara escura até a era da Pós-Fotografia do século XXI em que nos permite constatar as diferentes funções exercidas pela imagem fotográfica ao longo da história.

Com a popularização de diversos aparelhos ópticos no século XIX a fotografia transforma-se em um meio para fixar certas imagens que preservassem determinadas manifestações da cultura da época sendo assim, uma manifestação de poder que define aquilo que deve ser lembrado ou esquecido. Também foi possível através da fotografia a mobilidade sem sair de casa, diversos postais e mapas foram produzidos permitindo estas viagens a partir de imagens (AZEVEDO, 2008).

A fotografia também foi um importante meio de visibilidade das ciências como uma linguagem fidedigna que comprovava os feitos científicos. Entretanto a mesma autora afirma que estes conceitos na atualidade são problematizados e abre-nos outros horizontes para entender a fotografia para além de um recorte de objetos ou paisagens correspondentes a realidade:

A partir dos movimentos de arte moderna, a fotografia ampliou os seus conceitos tornando-se ela mesma um campo de pesquisa que vai além da ideia de uma representação do "real", abarcando diferentes perspectivas que visam dar destaque a subjetividade humana (AZEVEDO, 2008, p. 10)

É nesse pressuposto da imagem fotográfica, de proporcionar a alguém a possibilidade de ver para além da representação do objeto físico, deixando a imaginação fluir pelos vários olhares que lêem as imagens (AZEVEDO, 2008), que percebo a fotografia como potência de estabelecer outras ligações com o mundo àqueles que a produz e/ou a observa.

Muitos questionamentos surgem a partir desta reflexão sobre o uso da imagem fotográfica como uma possibilidade para outros enquadramentos do mundo vivido, como potência para suscitar a criação de outros enfoques, outras nuances e, portanto, de outras gramáticas. Deste modo, pensando no contexto dos acontecimentos dos ricos e conflituosos cotidianos dos moradores do Sertão:

Seria a fotografia um recurso de construção destas experiências cotidianas e do imaginário de tais pessoas? Sob o olhar desta população, o que se quer que sobreviva a partir das fotografias?

Na relação com as fotografias como fazem e refazem sentidos sobre o lugar em que vivem? O lugar em que vivem está associado ao Parque, ou este configura-se como um plano de fundo?

O ato de fotografar e olhar fotografias pode compor novas possibilidades de olhar para um cotidiano comum? Que palavras podem surgir ao entrarem em contato com algumas imagens?

Interessa-me, neste movimento de promover a produção de imagens sobre o Sertão, operar a fotografia como um dispositivo, sendo este, “não constituído apenas por sua parte técnica, ou por um equipamento, mas por um regime de fazer ver e de fazer falar” (CARVALHO, 2006). Do mesmo modo, a Educação Ambiental neste trabalho também está sendo abordada no âmbito deste conceito e, por isso, considero serem necessários alguns esclarecimentos acerca desta abordagem.

3.2 - O que seria uma Educação Ambiental como dispositivo?

Em meu caminho investigativo busco, por meio do que o Grupo Tecendo vem denominando de “educação ambiental como dispositivo, promover outros modos de ver um lugar preenchido com as existências de diferentes sujeitos. Tal intuito parte da constatação de que algumas narrativas são tão recorrentes que se tornam “naturalizadas” (vistos como já dados no mundo) e, assim a pesquisa busca suscitar dúvidas sobre tais construções, mostrando o caráter social, cultural e histórico de tais *invenções* (GUIMARÃES, 2009).

A noção de dispositivo que assumo advém, originalmente, dos escritos de Michel Foucault e pode ser entendido, de forma simplificada, como uma pergunta sobre o que tem sido enunciado e tornado visível no campo da cultura em relação a determinados temas:

Através deste termo, tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode

estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1999, p. 244).

Deste modo, o conceito remete a tudo aquilo que nos interpela em um momento histórico específico, sendo uma mediação da *realidade* que nos chega (FRANÇA, 2007). Ainda nas palavras da autora citando Foucault, compreendemos “dispositivo” como sendo:

[...] um regime de fazer ver e fazer falar, curvas de enunciação e curvas de visibilidade [...] Foucault nos *faz ver* as múltiplas redes em que estamos envolvidos, a que estamos submetidos, e que nos constituem querendo ou não. São as redes que se estabelecem entre discursos, instituições, espaços, técnicas, regras, o dito e o não-dito de uma época específica, produzindo "mundos", “sujeitos”, “objetos” (FRANÇA, 2007, p.49).

E que “mundos”, “sujeitos”, “objetos” estão sendo produzidos pelos discursos que circulam nas distintas formas de se praticar a Educação Ambiental? Podemos aplicar a pergunta do primeiro parágrafo para investigar o que tem sido enunciado e tornado visível no campo da cultura em relação a esta recorrente temática da nossa sociedade.

Neste entendimento, compreendo a Educação Ambiental como um potente dispositivo que promove algumas enunciações facilmente identificadas tais como a reciclagem do lixo, mudanças de hábitos de consumo e alimentação, padrões de comportamentos ditos ecológicos, entre inúmeros outros. Tudo que é dito e tudo que é omitido só é possível através do dispositivo que, não podemos nos esquecer, se constitui dentro de um jogo de poder social no qual alguns discursos (assim como algumas práticas da Educação Ambiental) são mais legitimados que outros. Nas próprias palavras de Foucault:

[...] dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma configuração de saber que dele nascem, mas que igualmente condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 1999, p. 248).

Algumas estratégias de Educação Ambiental pautadas em discursos de defesa do meio ambiente vêm sendo praticadas há mais de 40 anos no Brasil²² e, deste modo, “sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”, como os já mencionados padrões ecológicos de comportamento amplamente divulgados por diferentes instâncias de nossa sociedade (empresas, órgãos estatais, revistas, televisão, rádio, etc.). Longe de condenar tais práticas como ineficientes ou inválidas, meu intuito é apenas suscitar uma reflexão sobre as relações de forças que envolvem os modos como narramos os lugares em que vivemos, passamos e visitamos.

Neste sentido, a defesa do meio ambiente que promovemos em nosso grupo de pesquisa e, conseqüentemente, em minha investigação está na ampliação das narrativas (escritas e imagéticas) sobre o ambiente, através do dispositivo da educação ambiental:

Acreditamos que essa invenção/reinvenção de narrativas favorece nosso trabalho de colocar modos recorrentes e naturalizados de ver um ambiente em suspeição, promovendo fugas aos clichês instalados. Propor encontros produtivos e potentes de vida entre os humanos e os não-humanos também é nossa estratégia. Não desejamos “preservar”, manter intacto um ambiente ou uma cultura, mas propiciar hibridações que potencializem expressões atualizadas de vidas nos ambientes que trabalhamos (GUIMARÃES, 2009, p. 2).

Explicitados alguns pressupostos, passo agora a ater-me a criação do “foto-dispositivo” que operei com os participantes da pesquisa, abordando também a fotografia dentro deste mesmo conceito.

3.3 - “Foto-dispositivo” e o convite a uma experiência

Segundo Susan Sontag, (2004, p. 14) “fotografar é apropriar-se da coisa fotografada. Significa pôr a si mesmo em determinada relação com o mundo, semelhante ao conhecimento – e, portanto, ao poder”. Inspirada nesta colocação questionei-me se não seria possível, a partir da produção de imagens do Sertão pelos seus habitantes, apoderá-los, de

²² Considerando que o movimento ambientalista nacional iniciou-se na década de 1970.

certo modo, de outro conhecimento, diferente daquele que já possuem a respeito do ambiente em que vivem, pensando a fotografia para além da memória materializada (AMORIM, 2007).

Minha posição neste trabalho é de que pensemos a fotografia na mesma direção que propôs Wunder (2006), deslocando-nos da ideia da fotografia “como arte de captar para a ideia de arte de soltar”, ou seja, como discurso visual mediado pelas subjetividades de quem produz e/ou de quem observa as fotografias, o que implica em não distanciar tais atos da sensibilidade dos indivíduos.

Considerando-a deste modo, o conceito de fotografia distancia-se muito de suas primeiras expressões e conceitos em que esta era colocada como a própria realidade pura e neutra. Justo (2003) destaca este caráter ilusório de representação do real na fotografia e ressalta a necessidade da articulação entre o olhar do sujeito individual e o sujeito cultural na construção de saberes baseados em imagens.

Este conceito da fotografia como a própria realidade foi construído pelo racionalismo da ciência moderna, que constitui um olhar distante da sensibilidade, fragmentado e com as já especificadas tendências a classificações, análises, avaliações e correções. Um olhar, que segundo Wunder (2006, p. 3) é “geometrizado e em perspectiva que quer ver e organizar o mundo dentro de uma lógica. Um olhar ativo e racional que não se deixa afetar pelas coisas”.

Neste sentido coloco aqui a proposta de fotografia na Educação Ambiental como sendo uma linha de fuga a estas tendências ainda tão fortes em nossa sociedade. “A questão é que não nos deixemos dominar pela vontade de verdade, pela ansiedade em atingir as essências das coisas, mas por uma vontade afirmativa de potência, pela vontade de reinventarmos o real, de transfigurar a vida, a própria vida” (LOPONTE, 2003, p. 74).

A ação de produzir ou observar fotografias como uma atividade promovida pela Educação Ambiental pode propiciar uma experiência estética onde o saber de diferentes sujeitos é compartilhado sem a necessidade de produzir um consenso, pelo contrário, deixando que as diferentes visões apareçam e ganhem voz.

É neste sentido que a fotografia traz uma contribuição interessante para o campo da Educação em geral, e da Educação Ambiental em particular, como sendo um *acontecimento*. “Não perguntaremos, pois, qual o sentido de um acontecimento: o acontecimento é o próprio sentido. O acontecimento pertence essencialmente à linguagem” (DELEUZE, 2003 *apud* WUNDER, 2006, p.7).

Deste modo apresento a fotografia como possibilidade inventiva para a EA não tanto por si própria, mas pelos efeitos que ela é capaz de surtir em cada pessoa com os *acontecimentos* que nos possuem quando nos encontramos com as imagens. Foi a partir da compreensão de “acontecimento” como aquilo que escapa a qualquer tentativa de apreensão, que configurei o dispositivo desta pesquisa.

Considerando como dispositivos, as maquinarias, as montagens, as práticas de Educação Ambiental que fazem emergir alguns dizeres, pensei ser o ato de fotografar um agir, uma ativação, uma maquinação que permite contar narrativas outras (GUIMARÃES, 2009). Deste modo elaborei uma “maquinação” muito simples ao propor a várias pessoas que tive contato durante minhas idas a campo, a seguinte frase que dispara aquilo que denominei como sendo o “foto-dispositivo”: *retrate, em pelo menos seis imagens, o lugar em que vivem e as coisas que acontecem nele.*

Esta era a única regra estipulada para o dispositivo e, sendo assim, pensei em deixar uma máquina fotográfica comum, munida de pilhas e filme fotossensível para que as pessoas ficassem a vontade para fotografar e que houvesse um momento de interrupção no cotidiano destas, escolhida no calor do momento e não pela pressão de minha presença. O fato da máquina não ser digital foi proposital, pois assim, por não ter a possibilidade de verificar a fotografia tirada e por ter um número limitado de possibilidades de fotografar, pensei ser o “foto-dispositivo” um catalisador de experiência no sentido de Larrosa, que requereria:

[...] parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, (...) abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2002, p. 19).

Pretendia fazer esta proposta para sujeitos que eu percebia terem o mais diversificado envolvimento com o Sertão, desde aqueles que vivem há muitos anos no local, até aqueles que moram há pouco tempo, crianças, jovens e adultos, pessoas que se envolvem com as

questões do Parque e aquelas “menos engajadas” neste sentido, tentando abarcar as diferentes ideias que poderiam surgir por meio da fotografia.

Conforme fui criando aberturas para o diálogo e aproximação com as pessoas do Sertão, apresentei minha pesquisa e convidei muitas pessoas para que participassem da mesma ao oferecer minha máquina fotográfica:

Expliquei-lhes que eu gostaria de retratar o lugar em que eles vivem, mas que eu não tinha esta propriedade por não viver neste ambiente e por isso justifiquei a importância de eles mesmos fotografarem o ambiente em que vivem e as coisas que ali acontecem. Disse que muitas imagens são produzidas sobre este lugar e exemplifiquei com aquelas mostradas no computador²³, mas que poucas são produzidas por quem realmente vive esta “realidade”.

Deste modo expliquei-lhes que gostaria que fossem produzidas pelo menos 6 fotos daquilo que eles acham mais importante, disse que estas fotos poderiam ser produzidas em qualquer dia e local que eles preferissem e que eu daria um tempo grande para realizarem esta atividade porque acreditava que não era simples chegar a uma foto realmente significativa em um prazo muito curto, uma vez que o ambiente em que vivem é grande e que poderiam ser tiradas fotos durante o cotidiano deles, nas andanças pelo Sertão, na passagem por lugares e acontecimentos que lhes tocassem (DIÁRIO DE CAMPO, 2/12/2009, p.7).

Como resposta a este convite recebi muitos “nãos”, o que me desanimou bastante a princípio, pois não consegui abranger as muitas e diversificadas pessoas que eu pretendia, mas com o tempo fui compreendendo os motivos e me abrindo para outras possibilidades de configuração da pesquisa. Os excertos do meu diário de campo que destaco a seguir, apesar de longos, são interessantes para compartilhar algumas destas justificativas:

Ela resistiu em aceitar a princípio porque disse que não saberia usar minha máquina, porém, após eu

²³ Refiro-me a fotografias contidas em um CD fornecido a uma moradora por algum funcionário do Parque para serem estampadas em camisetas e vendidas aos turistas. Tais fotos me foram mostradas no computador pelo seu filho, em uma das visitas que fiz a eles.

ensinar a ela e a sua neta que estava presente, aceitou com a condição de que sua neta a ajudasse (20/03/2010, p. 14).

Perguntei-lhes se estavam acostumados a fazer fotografias e imediatamente responderam que não. Apolinário disse que “isso quem faz são vocês que vêm aqui pesquisar” e então aproveitei a oportunidade para explicar a minha proposta de pesquisa da mesma maneira que fiz com as outras pessoas que convidei para participar, mas ele foi bem resistente e disse que “não iria fotografar nada”. Eu preferi não insistir (02/05/2010, p. 18).

Era com este senhor que eu pretendia deixar a máquina fotográfica que estava indo buscar, mesmo sabendo que ele havia resistido à ideia de fotografar eu pensei que valia a pena insistir, mas ao retomar este assunto naquele encontro inusitado ele reafirmou sua resistência sem muito argumentar [...] Antes de ir embora resolvi mostrar ao mesmo a minha máquina fotográfica tentando naturalizá-la, pois eu acreditava que a sua resistência era porque ele pensava que não saberia usá-la, mas logo percebi que não era esta a questão e que sua resistência estava relacionada a um certo zelo e responsabilidade. Ele disse que não queria ficar guardando nada que não era dele, disse que “hoje em dia nunca se sabe se alguém irá entrar na nossa casa e roubar, ou se esta máquina não vai quebrar na minha mão”. E, pela última vez ele reforçou que não iria fotografar para mim com a seguinte frase: “eu sei que é importante para você, mas neste caso eu não vou poder te servir” (06/06/2010, p. 24).

Percebo que este cuidado é realmente grande por parte de todos, pois quando deixei a máquina com Seo Zeca pedindo-lhe que depois de fotografar passasse para seus filhos também participarem da pesquisa, ele disse que não o fez porque tinha medo das crianças a quebrarem. Dona Dilma guardou a mesma tão bem guardada que ninguém conseguiu encontrá-la na semana passada quando ela não

estava em sua casa para me devolvê-la (06/06/10, p.28).

Quando já estávamos fora de sua casa nos despedindo eu lhe disse que fazia uma pesquisa com fotografias e que tinha a intenção de deixar uma máquina fotográfica para o Seo Nelinho em uma próxima visita em que eu o encontrasse em casa. Ela logo foi dizendo que “esse negócio de mexer com máquina não é com ele e que nem na televisão ele queria mexer”. Logo percebi que eu também haveria de encontrar uma resistência grande e por isso não falei mais no assunto (06/06/2010, p.27).

[...] apenas lhe perguntei se ela havia tirado algumas fotos, uma vez que, já há alguns meses, ela me falou que tinha ganhado uma máquina fotográfica e que iria participar de minha pesquisa, porém ela contou-me toda a sua rotina pesada e disse que estava sem nenhum tempo para fotografar e eu não quis aborrecê-la, por isso falei que estava tudo bem (06/06/2010, p. 27).

Ao reler estes trechos, refleti sobre o diferencial da minha pesquisa. Realmente ela apresentou-se distinta daquelas que estes moradores estavam acostumados a verem acontecer no Sertão, porque pedir para que eles fotografassem era algo que os preocupava (pelos diversos motivos explicitados) e interpretei esta resistência instantânea como uma forma de humildade e zelo.

Muitas vezes eles não queriam fotografar porque acreditavam que não tinham nada a dizer e a mostrar. Entretanto insisti em deixar minha máquina com alguns deles, pois com uma maior explicação sobre o que pretendia fazer com as fotos consegui convencê-los de que era importante ter as imagens produzidas por eles mesmos e não por mim, a então pesquisadora. Sempre reforcei a ideia de que eu não tinha propriedade de mostrar para as outras pessoas como é o lugar em que eles vivem e expliquei que, por causa deles terem nascido ali e viverem cotidianamente naquele ambiente, a sabedoria e o olhar que possuem sobre este lugar é muito mais verdadeiro que as minhas impressões de alguém de fora.

Deste modo, apenas três pessoas aceitaram participar da pesquisa, Dona Dilma, Seo Zeca e Luzia. Esta última havia ganhado recentemente uma máquina fotográfica digital e optou por utilizá-la,

recusando a minha oferta de fotografar com filme fotossensível, o que eu não encarei como sendo um empecilho desde que ela me apresentasse apenas 6 das muitas fotos que ela produziu, o que faria com que ela refletisse na escolha das mesmas.

Como venho enfatizando nos escritos anteriores o caminho investigativo da pesquisa foi se mostrando sempre em construção ao mesmo tempo em que eu fui me desconstruindo. Para reforçar este caráter da pesquisa, empenho-me em mostrar os bastidores da mesma e, por isso, acho importante dizer que inicialmente, quando pretendia estudar as representações dos moradores do Sertão, pensava em fazer uma atividade que chamei de “passeio perceptivo”.

Nesta atividade, convidaria algumas pessoas (que ao longo das idas a campo eu as percebesse interessadas em participar da pesquisa) para uma caminhada aos lugares de preferência destes, para representarem o ambiente em que vivem por meio da fotografia. Entretanto, com todos os deslocamentos que tenho feito desde meu ingresso no mestrado, a questão da representação se tornou totalmente desarticulada em meus pensamentos.

Alternar entre uma teoria e outra, tentar abandonar um determinado pensamento, no meu caso o estudo da representação, e passar a outro não ocorre de forma simples e nem fácil. Por isso, arrisco-me neste movimento tatear caminhos que permitam abrir uma fenda no representacional, criar vacúolos de não informação, contradizendo, assim, a Educação Ambiental que se tem praticado há mais de 40 anos, na qual a transmissão de informações impera para criar uma consciência ecológica nas pessoas, buscando, neste vacúolo que nos diz Deleuze (*apud*, PREVE, 2010)²⁴, um devir outro que permita às pessoas falarem por elas próprias e não pela representação que a elas está veiculada.

Sendo assim, a recusa de alguns em fotografar não foi interpretada como um empecilho para a pesquisa porque me fez apenas duvidar da potência de representação da fotografia para afirmar a sua potência de criação na qual também faço minha aposta para a análise que lhes apresentarei adiante.

²⁴ Fala proferida durante uma aula ministrada por Ana Maria Preve no Programa de Pós-Graduação em Educação-UFSC, no primeiro semestre de 2010.

3.4 - Imagem-luz, escrita sensível: um texto com imagens

A solidão da escrita é povoada por multidões, muitas não se adensam em palavras, ficam em algum lugar como puras pulsações. O papel é um deserto habitado por negras aderências - sentidos que se materializam - e por brancos silêncios - intensidades indizíveis (WUNDER, 2008, p. 6).

Como lidar com imagens e palavras que não são minhas? Na *solidão desta escrita*, ao mesmo tempo *povoada por multidões*, início esta subseção com um dilema e com algumas divagações que, longe de serem respondidas, apenas acentuam as minhas incertezas.

Identifico-me com as questões de Sampaio (2005) a respeito do que fazer com a palavra do outro e amplio-as para um dizer de outra linguagem, aquela que não se expressa com palavras, a linguagem fotográfica. Há como, ao lidar com narrativas imagéticas, não enclausurar os sentidos? Como não cristalizar as narrativas dos/das moradores/as do Sertão? Como não cristalizar o meu devir narrativo quando escrevo sobre o devir deste outro? Como não transformar as histórias narradas por estas imagens em uma única e repetitiva história já dita? É “necessário que faltem as categorias para que não se falte ao outro; porém para que não se falte ao outro, é necessário que esse se apresente como ausência” (DERRIDA, 1999 apud SAMPAIO, 2005, p. 47).

Em uma conversa entre Foucault e Deleuze no livro “Microfísica do poder” (1999), Deleuze comenta a indignidade de falar pelos outros, no caso, os intelectuais falando por uma maioria, o que não deixa de ser uma forma de exercer um “saber- poder” na forma de representação. Em suas palavras, a representação passou a ser ridicularizada “dizia-se que ela tinha acabado, mas não se tirava a consequência desta conversão ‘teórica’, isto é, que a teoria exigia que as pessoas a quem ela concerne falassem por elas próprias” (p. 72, grifo do autor).

Penso, potencializada por este pensamento e a partir do desassossego de Fernando Pessoa (1999, p. 50), “se a minha voz, aparentemente tão pouca coisa, não encarna a substância de milhares de vozes [...]”, mesmo querendo que a substância produzida na minha pesquisa não falte à palavra do outro.

Neste sentido, coloco outra pergunta de Sampaio (2005) com a qual estou mais identificada: “como lidar com a necessária, mas

impossível tarefa de falar/escrever as palavras alheias, as palavras do *outro* sem rotular, sem nomear este *outro*, sem anular seu mistério, sem transformá-lo em presença?" (grifo da autora, p. 47). Pretendo ao longo desta *impossível tarefa* (seria mesmo impossível?), juntar alguns fios para tecer um texto *com* as imagens (e não sobre as imagens) que compõe esta pesquisa, entremeadado aos meus registros de campo.

Os registros às minhas idas a campo compreendem algumas fotografias que eu mesma produzi e a escrita de um diário. Conforme o estabelecido com meu orientador, as conversas entre eu e as/os participantes desta pesquisa não foram gravadas. Deste modo, priorizei os relatos que apresento em fragmentos ao longo da escrita deste texto, como uma tentativa de demarcar as falas e observações que considere mais relevantes à investigação, sendo possível acessar o diário na íntegra através do CD-Room que acompanha esta dissertação.

Da mesma forma que me inventei ao narrar-me no primeiro capítulo, estes relatos também são narrativas que criei a partir de minhas lembranças dos acontecimentos que vivi permeado por minha subjetividade, não havendo *limites* entre o *antes e depois* conforme nos diz Benjamin (1993, p. 37 apud WUNDER, 2002): "O acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que vem antes e depois." Entretanto a escrita foi elaborada sempre no mesmo dia em que realizei os campos, no frescor destas memórias recentes.

Enveredando-me por dois caminhos possíveis dentre o universo de possibilidades para a análise de fotografias, empreenderei esforços para mostrar algumas das marcações interpretadas nas fotografias tiradas pelos participantes da pesquisa, para também arriscar-me na criação de imagens "deslocalizadas", tiradas deste local de marcação a partir de um processo de criação com as mesmas, que busque novos sentidos de Sertão.

Para tanto, optei para a versão final desta dissertação, trabalhar com as fotografias dos três moradores que concordaram em participar deste estudo e também com as que eu mesma produzi. Foi uma forma de agir delineada no decorrer da pesquisa que, a princípio tinha um foco no olhar de quem habita este *espaço*, mas que foi descobrindo a constituição deste *espaço* na minha relação com o Sertão e as pessoas que o vivenciam, na relação destas trajetórias que estabelece um plano de negociações que é ele próprio constitutivo daquele ambiente (MASSEY, 2008).

O que quero dizer, é que o simples fato de eu apresentar-me como pesquisadora da universidade, uma bióloga, educadora ambiental, já é o suficiente para influenciar a fotografia que eles irão produzir. Corroborando com os estudos de Doreen Massey (2008), o *espaço Sertão do Peri* que situo nesta pesquisa não é algo estático, com características físicas ou simbólicas imutáveis, mas sim um espaço negociado pela relação que eu estabeleço com as pessoas que vivem lá. Assim como os moradores estão situados no Sertão, estes também o situam a partir do seu imaginário, do mesmo modo eu (ou qualquer pessoa que estabeleça uma relação com este espaço), também negocia a constituição daquele ambiente.

As influências/negociações na produção das fotografias foram constatadas, por exemplo, na fala preocupada do Seo Zeca que não sabia “o que iria fotografar para mim”, o que me obrigava a problematizar meu método uma vez que eu esperava que as fotos fossem produzidas “por eles”, “para eles” e não para mim. Potencializada por um filme de Sandra Kogut (2003), refleti sobre este processo em meu diário quando retornei de uma ida a campo:

[...] lembrei-me da sua preocupação excessiva com “o que ele iria fotografar para mim”, frase que ele também repetiu em outros encontros.

Esta preocupação remete-me a um filme que assisti recentemente chamado “Um passaporte Húngaro”, dirigido por Sandra Kogut. Neste filme, mais importante do que conseguir o tal passaporte eram as memórias familiares e as narrativas acionadas por diferentes pessoas com quem ela conversou durante todo este processo. Mas o que me fez realmente refletir sobre o meu trabalho no Sertão foi um filme curta-metragem disponível no “extras” do DVD que a mesma diretora realizou no ano de 1997, chamado *Adiu Monde*. Ela filmou os moradores dos vales Aspe e Ossau que compunham um vilarejo de pastores na França, ao qual muitas pessoas se referiam como sendo o estilo de vida mais tradicional daquela região. No entanto, a partir dos comentários destes moradores que ela filmou, pôde ser percebido que muitas pessoas ali pensavam com a cabeça dela, sugeriam enquadramentos que seriam mais interessantes, ou faziam perguntas técnicas sobre o processo de filmagem, revelando que já haviam se tornado “atores” para representar aquela realidade já dada por

muitos como sendo única, o que também revela a força deste enquadramento.

É nesse sentido que a fala do Seo Zeca me remete a este documentário e me faz refletir sobre minha posição como uma pessoa que está fazendo uma pesquisa numa região onde também já há um certo enquadramento e onde, muitas vezes, as pessoas com quem eu estou tentando pesquisar olham para si mesmas com o olhar que as pessoas de fora já têm a respeito do modo de vida delas. Quando o Seo Zeca demonstra preocupação excessiva com o que ele iria fotografar para mim, percebo que ele está tentando se colocar em meu lugar, pensando com a minha cabeça, imaginando as fotos que eu gostaria que ele tirasse para representar o lugar em que ele vive (DIÁRIO DE CAMPO, 02/05/2010, p.16).

Pude constatar esta mesma influência quando recuperei minha máquina fotográfica com a Dona Dilma e ela disse que havia tirado muitas fotos comentando, inclusive, que pediu à sua filha que a fotografasse fazendo a renda de bilro. Lembrei-me que na sede do Parque, certa vez quando eu estava lá visitando como turista havia exatamente esta mesma imagem exposta: Dona Dilma fazendo renda de bilro, sorrindo e pousando para a foto. Porém acredito que quem a tirou tenha sido alguém de fora do Sertão e não um dos moradores; logo percebi que esta imagem é muito forte e enquadra uma representação desta atividade como tradicional. Também refleti sobre isto no meu diário de campo:

Mesmo a Dona Dilma não podendo fotografar-se em sua atividade artesanal, uma de suas filhas o fez e isso me faz questionar se realmente estas pessoas se identificam com esta imagem como sendo representativa do lugar em que vivem, ou se elas tiraram a fotografia apenas porque muitas das pessoas que passam por lá – “as pessoas de fora” - fazem exatamente esta mesma foto.

Mais uma vez não consigo saber se esta moradora e suas filhas estão pensando com o olhar delas ou se estão pensando com o “olhar de fora”, o meu olhar, fotografando aquilo que eu gostaria que fosse fotografado. Não sei se, ao pedir que estes fotografem o lugar em que vivem, eu acionei um campo

específico de significações que explicitou o que já é recorrente, o já visto, o já ouvido e o já pensado, apenas percebo que este será um grande desafio da minha pesquisa e que é imprescindível problematizar esta situação (06/06/10, p. 25-26).

Mesmo enfatizando que as fotos não deveriam ser tiradas para mim e sim, na minha *teórica* intenção, para eles próprios acrescentarem outra camada de visibilidade de seus modos de vida para além daquelas já constituídas, não há como separar-me desta análise, pois os outros sentidos do Sertão quem foi buscar fui eu mesma e não os moradores e moradoras de lá.

Digo de minha intenção como sendo *teórica*, pois se eles fossem escolher um modo de se narrarem não seria por meio da fotografia, uma vez que são pessoas que sempre viveram lá, acompanharam a história do Sertão movendo-se, materializando-se não por meio da escrita ou da fotografia, mas por imaterialidades de sentimentos, gestos, por costumes de um outro tempo, um tempo do “antes” em que o contar oralmente é a maneira de dizer de suas vidas.

Neste tempo do “antes” um fato pressupunha uma história ou uma narrativa. No “agora”, de acordo com Sontag (2004), um fato ou lugar pressupõe uma imagem, de preferência uma fotografia, tanto para dar existência quanto para buscar rememorar-lo.

Quando constatei esta tensão entre a narrativa oral e meu desejo de narrativas imagéticas, busquei dar abertura para as narrativas ao levar de volta a eles as fotografias que produziram não apenas para presenteá-los, como também para investigar os porquês de tais escolhas. Uma frustração me tomou com esta atividade, pois os participantes não se entusiasmavam em falar das mesmas:

Após algum tempo de conversa pedi-lhe que buscasse as fotografias que eu havia deixado com ela para falarmos um pouco a respeito. Fui perguntando sobre a escolha de cada uma e seu marido, também presente neste momento, interferia nas respostas. [...] Ela não se entusiasmou em falar das fotos, comentava uma palavra ou duas, dizendo: “mirei bem, saiu bem ali” e mais nada sobre a escolha das mesmas (DIÁRIO DE CAMPO, 17/09/2010, p.29).

Diante destas circunstâncias apostei no meu encontro com a fotografia, na minha busca pelos Sertões que soam em mim, mediada

tanto pelas imagens que foram produzidas concretamente - por mim e pelos participantes da pesquisa - quanto por aquelas que não se adensaram em papel, sendo apenas contadas. Deste modo, deixei de lado minha intenção de dar visibilidade àquilo que eles gostariam de tornar visível, esvaziando-me da sensação de que estas pessoas precisariam de mim para isto, e radicalizei minha busca, aquilo que me atravessou na relação com estas pessoas e com este espaço, não evitando expressar-me nestas fotos produzidas por eles, “criando meus rasgos” neste Sertão, buscando eu mesma novas formas de narrá-lo a partir das minhas escolhas.

De acordo com a fala de Oliveira Jr., um dos membros de minha banca de qualificação, tais “rasgos” que eu venha a criar, podem ser as marcas de algo que é esporádico, algo que ocorre fora da minha decisão, ora por conta da natureza, ora por conta das pessoas. Ainda remetendo a este pesquisador, se há algum motivo que faz os moradores não tirarem as fotos ele é o mesmo que os faz falar, e falarem muito.

A negativa em fotografar é uma negativa em usar uma linguagem que não diz o que querem dizer. Aqueles que recusaram fotografar ainda assim disseram muito de si nas conversas em que falam das coisas dali, criando imagens mesmo que não no papel fotossensível, fotos imaginárias a partir do que contam, ou seja, “imaginografias” que também compõe a tessitura desta dissertação no capítulo 4. Deste modo, o Sertão do Peri que lhes apresento neste estudo originou-se da tentativa de criar estes rasgos e fissuras neste Sertão que soa em tantos outros sentidos, mas que não consigo materializar apenas em palavras.



No que para na imagem encontrar a passagem. Do passado à
passagem, da passagem ao passado.

Capítulo 4

O Sertão do Peri em prata revelada

Como mencionei no final do capítulo anterior, optei por dois caminhos teóricos para analisar as fotografias deste trabalho, sendo que um deles foi se processando ao longo de toda a dissertação, a partir de experimentações imagéticas que serão discutidas e amparadas teoricamente em outro momento deste capítulo de análise.

Neste primeiro tópico, interpreto as fotografias partindo da abordagem advinda do campo dos Estudos Culturais, com o objetivo de mostrar algumas marcações que eu interpretei como sendo recorrentes e, portanto naturalizadas na cultura. Acho oportuno este tipo de análise uma vez que para decompor tais ideias a partir do outro movimento a que estou me propondo, o de criação de outros sentidos de Sertão, é importante distinguir a representação inventada e fixada por determinadas imagens, da imagem como potência criadora de outros enunciados (GLUCKSMANN, 2005).

Tomarei como referência o conceito de representação cultural proposto por Stuart Hall (1997), que está ancorada na abordagem “construcionista”, na qual a representação participa da constituição das coisas, não sendo vista como um mero reflexo dos eventos que se processam no mundo, de modo que, segundo este autor, as representações atuam na constituição/invenção das identidades dos sujeitos e dos grupos sociais, o que repercute na prática dos mesmos.

Inspira-me nesta análise o projeto de tese de Shaula Sampaio (2009) que está buscando desnaturalizar os significados atribuídos a expressão “população tradicional” ao tentar mostrar que esta denominação vem se consolidando e, conseqüentemente, tornando-se “natural” e incontestada através da efetivação de determinadas articulações, como aquelas presentes em muitos trabalhos de Educação Ambiental, os quais nomeiam e objetivam²⁵ de determinadas maneiras tais comunidades.

Com esta interpretação, do mesmo modo que a citada autora, busco contribuir com a desnaturalização de algumas posições a respeito da relação entre as populações consideradas tradicionais e o ambiente,

²⁵ Observa-se em alguns trabalhos de Educação Ambiental, como aqueles já realizados no próprio Sertão e mencionados ao longo desta dissertação, a identificação dos modos de vida das “populações tradicionais” como sendo exemplos de sustentabilidade e convívio harmonioso com a “natureza”. Um dos problemas deste pensamento, a meu ver, é a suposição de que “a globalização cultural estaria suplantando as culturas “mais enraizadas” e isso seria a causa da crise ambiental atual” (SAMPAIO, 2005, grifo da autora). Outro problema é conferir uma identidade fixa a tais populações, o que impede a possibilidade de sua transformação e até de “desidentificação”.

relação esta também recorrente nas representações conferidas para a região onde foi realizado este estudo.

4.1- O Sertão do Peri em um primeiro momento

"é que foi-se tudo já"



População, indivíduo, engenhos, tradição, oralidade, mito, mistério, natureza, costumes, subsistência, resistência. O Sertão do Peri em prata revelada apresenta imagens às quais vemos alguns dos próprios clichês que o constituem, elementos que trazem em sua matéria de expressão o signo da identidade. Dissoluções em que “os corpos não são destruídos, mas se põem em circulação em significações fixas, em palavras e imagens que desejam a apreensão de um tempo passado, de um tempo no passado, que a ele referencia²⁶”:

²⁶ Frase apreendida durante a apresentação do projeto Fabulografias em áfricas-cartões-postais, por Susana Oliveira Dias e Alik Wunder, durante a mesa redonda “Fabulografias”, do segundo encontro Conexões Deleuze e Fabulação e..., realizado em 10 de maio de 2010 na Universidade Estadual de Campinas.

[...] pedi para que dissessem algo a respeito de suas produções. Seo Zeca, ao reconhecer sua foto dos “boizinhos”, logo se animou. Perguntei por que ele havia escolhido fotografar aqueles animais e ele curtamente respondeu: “é que foi-se tudo já”. Quando pedi para que explicasse melhor ele não se alongou, disse apenas que antigamente todo mundo trabalhava com animais ali, todo mundo tinha criação de vaca e boi, usava o carro de boi e que hoje não existe mais (DIÁRIO DE CAMPO, 17/09/2010, p.30).

Como pude interpretar no excerto de meu caderno de campo, o adensamento de sentidos em fotos que querem resgatar, fixar, constituir socialmente uma significação que convém como sendo uma representação cultural circulante, inclusive, entre aqueles habitantes, fez-se presente em algumas produções fotográficas deste trabalho: “a fotografia parece prolongar o desejo de domínio de algo que tende a escapar” (COUTO, 2005).

Algumas das fotografias produzidas - tanto pelos moradores como por mim mesma - reforçam algumas representações já pré-estabelecidas sobre o Sertão do Peri, as pessoas que o habitam e sobre a ideia de sertão em geral. Dentre todas que pretendo apontar, começo por esta última ideia, recorrente nas fotos de animais e instrumento de trabalho, considerados pelo imaginário comum como sendo típicos da ideia de sertão em geral. Neste trabalho, observei esta representação na fotografia “da vaca” e pela imagem “dos boizinhos” puxando o carro de boi, ambas tiradas pelo Seo Zeca.

No tópico “Por que Sertão?” busquei demonstrar como esta palavra carrega em si alguns significados que nos induz a pensar determinadas imagens representativas deste espaço geográfico e simbólico. Em meu entendimento, as referidas fotos tiradas pelo Seo Zeca carregam em si algumas destas especificadas significações (ausência de civilização “moderna”, modos de vida interiorana...), mesmo que esta não tenha sido a sua intenção.

Por outro lado, também interpreto que algumas fotografias promovem o deslocamento destes significados marcantes. Na maioria das vezes a imagem de sertão mais recorrente no imaginário social brasileiro é aquela terra seca e rachada cúmplice da miséria marcante nos sertões do nordeste e centro-oeste. Entretanto, no sertão desta pesquisa identifico significações que destoam de alguns aspectos deste senso comum: a água em abundância propicia a explosão de um “verde”

denso para todos os lados, revelando a riqueza representada pela biodiversidade ali presente.

Na fotografia tirada pela Luzia, na qual, em primeiro plano aparece sua família tomando banho na lagoa de água transparente cercada pelos “Peris”²⁷ e pela vegetação mais densa no plano de fundo, questionei-me como foi possível chamar de sertão um lugar tão verdejante.

Acredito que não seja a falta de água ou sua abundância que está em jogo na invenção do Peri como sertão e nem é todo o Peri que é sertão porque há uma fronteira imaginada. Na verdade, esta fronteira é geográfica, delimitada pelas montanhas ao redor da lagoa que fazem do Sertão do Peri um espaço afastado, isolado, que fortalece a ideia de “interior”, significado que também é atrelado a palavra sertão, conforme mencionado no tópico 2.3.

Embora haja esta fronteira, a mesma é transposta pelo imaginário destes moradores uma vez que, ao lhes pedir que fotografassem o lugar onde vivem, a lagoa apareceu em uma destas produções. Sendo assim, é sertão, tanto o Peri, como o semi-árido brasileiro, pela ideia de “tradicional” que os une. Não é pelo verde, não é pela associação a uma paisagem, mas a um modo de viver interiorano no/com o ambiente, que se vislumbra como rústico, simples, “tradicional”. É nesse ponto que o sertão do interior brasileiro perfaz uma série de significações com o Sertão do Peri, mesmo esse último sendo verdejante como na tese de Guimarães (2006), que chamou de “desértica” a Amazônia. Deserta de civilização, tal como os discursos do início do século XX compunham olhares para a floresta.

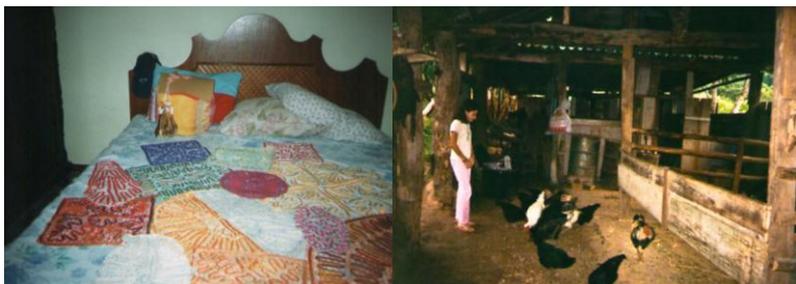
Deste modo, a ideia que acredito estar mais evidente na maioria das fotografias deste trabalho é a de uma “população tradicional” inserida no “ambiente natural”, percebida nas fotos que enquadram engenhos, cultivos de subsistência, animais de criação, artesanatos e “natureza”.

Esta identificação também é reforçada oralmente por uma das participantes da pesquisa:

Sobre a foto do seu pai “batendo o feijão” ela comentou que aquilo representava os meios de

²⁷ O nome da Lagoa vem de “peri” ou “piri” (como era mais conhecida), uma espécie de junco (*Fuirena robusta*), muito abundante nas suas margens e no canal sangradouro. Esta espécie aquática, pertencente à família Cyperaceae, possui um talo que atinge uma altura de até 140 cm (FLORAM, s/d, *apud* ZANCO, 2003, p.26).

sobrevivência de sua família, ou seja, a agricultura, e destacou também todas as outras plantas presentes naquele enquadramento: o parreiral, os pés de carambola, a “chácara de laranjas” e um rancho coberto com lona propositalmente para que os feijões não fossem espalhados para aquele espaço. Com relação à fotografia do seu filho mais novo, ela disse a seguinte frase: *aqui está a criança em contato com a natureza, aprendendo a valorizá-la e a respeitar o espaço dela* (DIÁRIO DE CAMPO, 02-05-10, p. 15).



Neste trecho observei que, quanto às fotos produzidas por ela, tanto a que enquadra seu pai quanto a de seu filho, eu tinha a expectativa de ouvir comentários acerca de sua família, uma vez que ela faz parte do lugar em que vive e, deste modo, corresponderia a um produto esperado a partir da operação do dispositivo que propus.

No entanto, fui surpreendida ao identificar em sua fala aspectos que se conectam a alguns discursos da Educação Ambiental tais como a valorização e o respeito à **natureza**, sendo a última “uma significação que é tomada, simplesmente como 'natural', e não como tecida, construída, produzida culturalmente” (GUIMARÃES, 2007, p. 184). O mesmo também foi constatado na fotografia da ave de estimação chamada “Carolina”:

Contou-me que a ave que fotografou, a aracuã, foi porque acredita que o ser humano precisa **respeitar o espaço do animal** e quando ficamos em silêncio, quase sem querer ela falou em um tom carinhoso: “Carolina, tranqüila”.

Foi então, pela minha curiosidade em saber quem era Carolina, que ela me contou a história desta ave de estimação que foi encontrada ainda filhote pelo seu pai quando este havia adentrado em uma mata para extrair cipó²⁸. Como ele não conseguiu encontrar o ninho dela, resolveu levá-la, “colocava comida em sua boca, deixava-a dormir embaixo do fogão para aquecê-la, buscava frutinha no mato para sua alimentação” e, quando esta já havia crescido sob cuidados em um viveiro, ajudou-a com a readaptação ao seu habitat. Entretanto, Carolina não voava longe das redondezas da casa de seus pais adotivos, dormia sobre as árvores próximas e, de acordo com a Luzia, Carolina não pode ouvir ninguém quebrar um galho que ela voa em cima como se estivesse “**defendendo a natureza**” [...] (DIÁRIO DE CAMPO, 02/05/2010, p. 20).

²⁸ Seo João, pai de Luzia, utiliza esta matéria prima para confeccionar os seus balaios que, além de serem utilizados em casa e no cotidiano de trabalho dos engenhos de farinha - como pude constatar a partir da presença de um deles no engenho do Apolinário - também são muito apreciados e vendidos aos turistas.

Esta moradora participou ativamente de um projeto de EA realizado pelos estudantes da UDESC nesta região do Sertão durante os anos de 2007 e 2008. Tive contato com vídeos, jornalzinhos, folders de divulgação²⁹ e também com integrantes deste projeto que me acompanharam em algumas saídas a campo e, a partir destes, soube que ao longo do mesmo foi bastante enfatizado aspectos de fauna e flora, bem como a conscientização com relação à preservação, às problemáticas ambientais e às atitudes que auxiliariam a resolvê-las.

Deste modo é plausível afirmar que ela esteja enunciando frases apreendidas durante estas atividades e acredito ser necessário refletir sobre uma prática que acredito ainda ser comum em alguns projetos de Educação Ambiental que é a articulação do conceito de meio ambiente como sendo a própria natureza, excluída dela qualquer atividade social do ser humano. Este entendimento de natureza não se refere apenas a uma questão de consciência individual, sendo necessário lembrar que as posições que tomamos e os entendimentos que apresentamos são frutos dos códigos sociais que compartilhamos em determinado momento histórico.

Esta exclusão da humanidade do que se entende por meio ambiente, de acordo com Gonçalves (2001), tem como consequência provável desta compreensão a possibilidade de dominar, domesticar, subjugar o outro ser vivo, tido muitas vezes como inferior e passível de ser utilizado pelos seres humanos, sendo este um entendimento de natureza muito defendido em alguns contextos e momentos históricos da humanidade, como o foi também no início da ocupação colonial da Ilha de Santa Catarina

Em nossos tempos, à natureza já não se atribui mais significados de perigo e ameaças que requereriam as citadas atitudes de dominação e de domesticação. De acordo com Sampaio (2009) argumentando a partir do pensamento de Bruno Latour, a natureza tornou-se extremamente mais fraca do que o homem: não se trata mais de “uma natureza selvagem e inquietante, que se trataria de domar, mas de vidas complexas e inteligentes que se trata de proteger contra o maior perigo de todos, isto é, nós mesmos, os humanos” (p. 6).

Molda-se, com base nessas reconfigurações, o substrato para outros discursos sobre natureza, que permeiam as diferentes instâncias sociais contemporâneas, produzindo identidades e conformando políticas orientadas a determinadas direções, como também ocorre no

²⁹ Ver documentos no CD-Room anexado ao final deste trabalho

caso do Sertão do Peri. No início da ocupação desta região o pensamento predominante era o de domesticação da “natureza selvagem” e o que prevalece atualmente é a ideia de preservação de um ambiente muito rico, porém ameaçado pela expansão humana, sendo valorizado o contato desde criança com o mesmo para aprender a respeitá-lo.



Embora o conceito “naturalizado” de meio ambiente esteja, atualmente, sendo reconfigurado no discurso ambiental, ele ainda é comum não apenas na EA praticada pelos projetos já desenvolvidos no Sertão, mas também de todos os discursos ecológicos veiculados através de artefatos culturais que nos interpelam cotidianamente – seja por meios de comunicação, nas escolas, em locais de trabalho, no próprio Parque - e que nos ensinam modos de compreensão acerca de determinados temas.

Ainda assim, arrisco-me a afirmar que o conjunto de frases enunciado pela Luzia aponta para um modo de viver humano que pode ser visto como “natural”, ou seja, integrado a natureza, invertendo a lógica de se pensar o ambiente excluído da ação social humana. Afirmando isto, pois ela também retratou em mais de uma foto os meios de sobrevivência de sua família pela agricultura de subsistência, destacando uma relação social desenvolvida com o ambiente que é comumente atribuída às populações consideradas tradicionais. Nota-se também a interação com o ambiente para o lazer, na foto que mostra sua família banhando-se na Lagoa em um dia de domingo.

A ideia de preservação presente na conduta dos moradores e moradoras do Sertão advém não apenas dos projetos de EA dos quais participaram (mesmo porque nem todos participam), mas também é reforçada pelas diretrizes de conduta que regem a instituição do Parque, instância que determina as orientações consideradas adequadas para se viver dentro deste ambiente “fragilizado”.

Neste processo de análise chego ao conceito que penso estar relacionado com estes comentários da Luzia que é a ideia de dispositivo, já trabalhada nesta dissertação no tópico 3.2. É possível pensar que existe um dispositivo que faz as pessoas do Sertão ver e falarem certas coisas em detrimento de outras, inclusive a respeito do lugar em que vivem.

Neste entendimento, é essencial destacar que as ações pedagógicas empreendidas por alguns projetos de Educação Ambiental estão constantemente veiculadas aos discursos ecológicos recorrentes na mídia e por isso suponho ser esta “ecologização” das “populações tradicionais” um produto desses intercâmbios culturais mais acentuados que vêm se processando nas últimas décadas (SAMPAIO, 2009).

Por todos os motivos expostos nos parágrafos anteriores posso inferir que as linhas de força que mantêm o limite do foto-dispositivo que propus são fortes o suficiente para silenciar outros enunciados possíveis. Meu grande desejo com este trabalho seria transpor um pouco estes limites, utilizando a fotografia como potência de criação de outros

sentidos e significações de Sertão. Entretanto, o que pude constatar é que apenas pedir para que os moradores e moradoras fotografem o lugar em que vivem não estimula este desejado “transbordar de fronteiras”, e nem constitui uma linha de fuga destes enunciados hegemônicos.

O que venho descobrindo com esta pesquisa é que este desejado deslocamento é possível, porém não somente pelo foco de quem produz as fotografias, mas também a partir dos olhos de quem as observa. Ao final deste trabalho, arriscar-me-ei a apontar alguns dos deslocamentos que julgo terem acontecido, mas por agora vou deter-me às representações que identifiquei e a maneira como estas constroem determinadas formas de significar os olhares que se dirigem ao Sertão do Peri e as pessoas que o habitam.

Neste caminho, o que observei quanto à representação destes como sendo uma “população tradicional” vai ao encontro dos argumentos de Sampaio (2009):

[...] são conferidas identidades substanciais, fixas e bem delimitadas aos integrantes das chamadas comunidades tradicionais, limitando-se, na maior parte das vezes a partir de critérios externos, a sua possibilidade de transformação e de “desidentificação” com certos atributos – eles também tomados como fixos e essenciais (SAMPAIO, 2009, p. 11).

Em alguns momentos, as pessoas do Sertão se identificam com a ideia de que são uma “população tradicional”, mais especificamente nos momentos em que lhes convém cobrar os direitos que são atribuídos às pessoas identificadas como tal. “Na mesa-redonda ‘Populações tradicionais, conservação e políticas territoriais’, relatada nos Cadernos SBPC (número 30, 2007), Déborah Magalhães Lima destacou que o conceito de população tradicional passou a ser utilizado na década de 1980 e que na década de 1990 ele foi adotado no plano internacional como uma estratégia para garantir a presença humana em Unidades de Conservação” (SAMPAIO, 2009, p.60), sendo este um argumento muito forte para que as pessoas que vivem na região do Sertão reforcem esta identidade em suas fotografias, mesmo que de forma não intencional.

A esse respeito, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2009) defende que as categorias genéricas (como o “negro”, o “índio”, o “nativo”) advindas do encontro colonial, embora tenham sido criadas



de forma artificial forçando pessoas a habitá-las, progressivamente ganharam *status* administrativos e jurídicos em nossa sociedade. Este fato repercute, com frequência, na conversão de termos carregados de preconceito em bandeiras mobilizadoras que ajudam a legitimar instituições representativas e, assim, fazer cumprir as leis que asseguram os direitos adquiridos por estas pessoas, como também vem acontecendo com as “populações tradicionais”.

Não os julgo por isso³⁰, primeiro porque não posso deixar de ressaltar que esta análise parte de meu olhar para esta população a partir das fotografias que eles produziram e, sendo assim, o significado, a representação, enfim, seja lá o que realmente eles quiseram mostrar, por mais que eu tente apurar os dados, certificar-me com perguntas dirigidas a eles/elas, pode ter muitas interpretações de acordo com as lentes de quem olha. Em outras palavras, o meu olhar é só mais um diante de todos os outros sujeitos que farão outras leituras destas mesmas fotografias.

Em segundo lugar, ancorando-me nos argumentos de Viveiros de Castro (2006), existe uma imensa quantidade de dispositivos sociopolíticos de identificação que levam os sujeitos a assumirem determinadas identidades o que, por sua vez, engendra uma entidade³¹ que irá administrá-la segundo o modo de constituição e funcionamento do Estado. Isto porque, “uma das maiores habilidades do Estado é sua capacidade de convencer todo mundo de que a única maneira de enfrentá-lo é assumindo a sua forma” (p.222).

Uma das curiosidades sobre a noção de identidade, ainda de acordo com as ideias de Viveiros de Castro, é a enorme diferença entre identificar e ser identificado. Para este autor, quando alguém te identifica você se torna um objeto, um alvo para o bem ou para o mal. Quando alguém diz “você é brasileiro”, é retirado de você tudo o que lhe

³⁰ E nem seria o meu papel fazer isso. Em nenhum momento se julgará pessoas nos discursos que atravessam a todos nós no contemporâneo e que, inclusive, reverberam em nossas próprias falas.

³¹ No caso do Sertão a entidade representativa destes é a Associação dos Moradores da Lagoa do Peri – ASMOPE. Esta foi fundada em 17 de maio de 1986 e foi constituída para defender os direitos e interesses dos moradores frente às ameaças e problemas desencadeados com o processo de implantação do Parque através da participação de seus membros no conselho consultivo do Parque (CABRAL, 1999).

interessa. Do mesmo modo, “quando alguém começa a dizer ‘sim sou gay e exijo meus direitos’ ou ‘sim sou brasileiro’, alguma coisa sutil começa a acontecer” (ibid, p. 220).

A sutileza está na falsa impressão de liberdade que ocorre quando o sujeito assume uma identidade: “sim sou nativo e me orgulho disso”. Mas ocorre logo em seguida um efeito de aprisionamento de si mesmo e dos outros com quem se relaciona, pois:

Quando alguém começa a se identificar com aquilo por meio do qual o identificam, ele passa a identificar alguém no seu lugar. Ele vai inventar o palestino, no caso do Judeu [...] Ou seja, vai inventar alguma coisa pior do que ele. Parece, assim, que a identidade possui a perversa capacidade de produzir estes efeitos em que o sujeito começa a aprisionar a si mesmo e aos outros (CASTRO, 2006, p. 220).

Percebo nas fotografias tiradas pelos moradores e moradoras do Sertão que as narrativas coladas às “populações tradicionais” implicam em seus posicionamentos. Há, em alguns momentos, uma identificação com esta noção no momento em que eles representam o modo de vida de subsistência por meio da agricultura e do artesanato como demonstra a foto das rendas de Dona Dilma, ou aquelas tiradas por Luzia que enquadram seu pai batendo o feijão plantado e colhido por ele e o pé de mamão fotografado no quintal dela: “plantar em meu quintal é uma forma de sobrevivência”.

Do mesmo modo ocorrem rejeições e transformações destas ideias quando Seo Zeca diz não querer mais plantar cana porque demora muito para sair a permissão de plantio emitida pelo Parque, ou seja, ele não quer estar submetido as leis que regem a permissão dele estar vivendo em uma Unidade de Conservação que restringe as suas ações.

Interpreto isso como uma renúncia a identificação dele como representante de uma “população tradicional”, o que corrobora com os argumentos de Shaula (2009) ao destacar que as pessoas posicionam-se às identidades a elas conferidas e, sendo assim, apropriam-se, rejeitam ou transformam esta identificação em função de suas finalidades políticas, não sendo meros receptores passivos das intervenções ambientalistas.

Mia Couto (2005) diz algo parecido ao tratar do tema da identidade africana em alguns de seus “Pensatempos”³². Àqueles que fotografam a África acreditando ter focado sua essência, apenas se iludem com a identidade que outros lhes conferiram, pois esta aparência está em constante movimento, “driblando os mitos redutores e folclóricos que tendem a servir-lhe de moldura”.

De acordo com o mesmo autor, podemos ser diversas coisas, errado é querermos ser apenas uma e negar que somos diversas coisas ao mesmo tempo. Em suas próprias palavras:

Não é, a partida, errado que alguém faça uso de uma das suas múltiplas identidades para navegar nestas águas escuras. O que pode estar errado, sim, é tentar criar hierarquias. [...] O que pode ser perigoso é criar identidades-refúgio, identidades que nascem da negação da identidade dos outros (COUTO, 2005, p. 89).

Navegando em águas escuras os moradores do Sertão do Peri negam e assumem uma de suas identidades, ora porque realmente se vêem como uma população tradicional, ora porque esta *identidade-refúgio* é necessária para mantê-los no lugar em que vivem, mesmo que submetidos as regras hierárquicas que os fazem querer negar esta mesma identidade, como no caso de Seo Zeca.

Esse movimento de identificação é tema em uma das sessões de debates da Rede Abaeté³³ intitulada “Identidade, isso pega?”. Os diferentes sujeitos envolvidos nesta discussão questionam: Como é possível abrir mão da noção de identidade quando se estrutura toda a ação em torno dela? A conclusão a que chegamos é de que isto pega, sim!

Na matéria publicada originalmente na revista *Cadernos de Campo*, em 2006, Viveiros de Castro discorre sobre o tema ao enfatizar

³² Pensatempos é o título de uma publicação de Mia Couto que reuniu alguns “Textos de opinião”, como sugere o próprio subtítulo do livro.

³³ A ideia desta rede veio de uma tentativa de Viveiros de Castro ao empreender a elaboração de um texto “coletivo” por meio da internet. Trata-se do Projeto Amazone, que permanece ativo na rede, no endereço http://amazone.wikia.com/wiki/Projeto_Amazone. Esta página está associada ao Núcleo de transformações Indígenas do Museu Nacional, que reúne pesquisadores da área de etnologia indígena.

o preço político que se paga pelo uso indiscriminado desta noção de identidade:

Por que imaginar que todas as formas de luta passam necessariamente pela noção de identidade? Obviamente há outras. [...] Por que alguém que habita um lugar há centenas ou milhares de anos só tem direito de viver em paz aí se for índio, ou se for negro? Por que é preciso passar por processos de reconhecimento como índio ou quilombola para que se tenha o direito de viver do jeito que se quer? É assim que a identidade pega! Ninguém adere por “conscientização” e nós sabemos, histórica e etnograficamente, como é que a identidade pega: ela é aceita e incorporada por falta de opção! (CASTRO, 2006, p. 222).

Expandindo tais questionamentos para o foco desta pesquisa também me pergunto, por que é preciso nomear os moradores e moradoras do Sertão do Peri como “população tradicional” para que eles tenham o *direito de viver em paz*, para que tenham o direito de viver como querem no lugar que habitam há mais de dois séculos?

Muito tempo antes da instituição de qualquer tipo de área de preservação eles já viviam lá e estabeleciam relações com este ambiente, seja simbólica ou materialmente. E, apesar disto, esta relação é muitas vezes desconsiderada em trabalhos de EA, bem como em algumas imagens do Parque e do Sertão em que os seres humanos não aparecem, sendo a “natureza” o enquadramento central. O trecho seguinte, destacado do meu diário de campo, exemplifica o que venho dizendo:

Assim que adentramos em sua casa, seu filho Vitinho - um menino de 10 anos - quis colocar no computador um CD de fotos fornecidas por um funcionário do Parque. Estas fotos, que em sua grande maioria mostravam as belezas “naturais” e os seres não humanos da fauna e flora do Parque, foram cedidas para serem estampadas em camisetas que, a princípio, seriam vendidas pela Luzia no quiosque construído próximo a sede do mesmo [...] Tais imagens, mostradas pelo menino, eram muito bonitas, produzidas por alguém que entendia de técnicas de fotografia e mostravam espécies de plantas e animais identificados no Parque, assim como imagens da

cachoeira, da lagoa e dos morros que compõe a paisagem deste ambiente (DIÁRIO DE CAMPO, 2/12/2009, p.7).

Quando o objetivo é a venda de imagens para eventuais turistas, é interessante ver como configuram o Sertão e o Parque. Nestas, os humanos e a ação social destes no ambiente não estão enquadrados, nem sequer estão na margem das fotografias. Na contramão desta tendência, verifiquei que não apenas as fotos da Luzia, mas também na produção dos outros dois participantes, a maioria das fotografias produzidas para esta pesquisa mostra as pessoas, principalmente os parentes daquele que fotografou em momentos de lazer, em reunião de família para a refeição, sozinhas pousando para a foto ou em afazeres cotidianos.

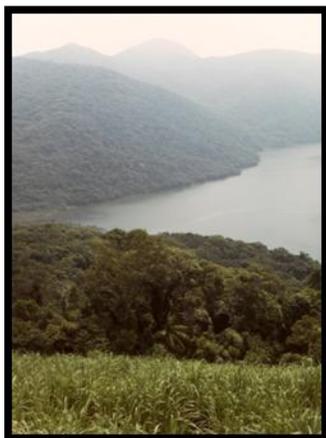
Nas mesmas produções aparecem também alguns quintais, o que me remete a outra forma de pensar a inserção da população nesta região: por que escolheram mostrar a relação deles com a casa e com a intervenção humana no ambiente em que vivem, sendo este destinado a conservação por determinações legais?

Minha suposição é de que parecem fazer uma performance, nas imagens, da ideia do tradicional demonstrando como essa representação é constitutiva, produtiva e atravessa a todos, inclusive, os moradores do lugar, mas as imagens não se esgotam nessa significação. Elas mostram outras questões, falam o que os sujeitos desejaram, e sobre o que disso foi possível escutar. Os encontros, as relações familiares, o compartilhamento de momentos parecem ser importantes a eles, por isso fotografaram. Estão lá, eles mesmos, presentes, marcados!

Os quintais são espaçamentos de convívio, inclusive com os não-humanos e isso é mostrado nestas suas imagens. Em algumas delas o sertão já se enfraquece e se torna muito mais que o tradicional, pois é na tessitura de relações cotidianas, que se movimentam vidas nas imagens.

A foto comentada há alguns parágrafos na qual aparece o filho da Luzia também foi tirada em seu próprio quintal porque mostra as plantas floridas, cultivadas em jardim e a presença da cerca que delimita o espaço de sua casa. O comentário dela a respeito da “criança em contato com a natureza”, reforça ainda mais a ideia de que a natureza a que se refere está integrada ao ser humano porque ele está “valorizando-a e aprendendo a respeitar o espaço dela”.

Para encerrar, mas sem o intuito de por um ponto final nas infinitas possibilidades de interpretações destas imagens, apresento-lhes algumas outras, porém tiradas e selecionadas por mim mesma. Acho profícuo para este tipo de análise problematizar também o porquê de algumas das minhas fotografias focarem estas mesmas relações que acabei de demonstrar.





Bruno Latour (2004 *apud* SAMPAIO, 2009) faz uma crítica aos modos como essas populações têm sido descritas por certos discursos que ele associa a algumas tendências ecologistas. Eu, como sendo um sujeito constituído e subjetivado por discursos que me interpelam por meio de diversos artefatos culturais do meu cotidiano, principalmente aqueles advindos de minha formação como bióloga e educadora ambiental, não me abstenho desta crítica uma vez que projeto categorias e representações minhas para estas pessoas que, antes mesmo de me questionar, enxergava como sendo parte de uma “população tradicional”.

Sendo assim meus retratos foram produzidos a partir das referências fáceis destes modos de vida tradicionais que circulam nas diversas instâncias sociais em que estou inserida. Pode-se notá-las na fotografia de Seo Zeca em pose, mostrando o produto de seu alambique, nas pessoas envolvidas com a produção da farinha de mandioca em um dia de “farinhada”, nas peças de engenho essenciais para a fabricação da cachaça, as construções rústicas, criação de animais, os balaios de Seo João, as casas misturadas entre o verde, a lagoa como paisagem de fundo...

Tais referências que me inspiraram de início e que permite reconhecer e classificar os povos “tradicionais” são como alicerces que fazem parte da recente construção desta identidade em nosso país. A disputa para legitimar tais definições, na maioria das vezes, não inclui aqueles que serão identificados como tal, o que faz com que nossa visão seja dominada por estereótipos e generalizações criadas em outros territórios

Como tento demonstrar, as características que definem determinadas identidades circulam de um território a outro, chegam a nós muitas vezes de forma naturalizada e não nos damos conta de que compramos determinadas representações sem problematizá-las, sem ter ideia de que aquilo que estamos tomando como certo e verdadeiro poderia ser completamente diferente.

Deste modo, no próximo tópico de análise, tento amparar teoricamente as experimentações que fui apresentando ao longo desta dissertação com o intuito de fissurar algumas representações naturalizadas e criar alguns rasgos de sentidos para mostrar esta outra intensidade possível para o Sertão do Peri.

4.2 – Ser tão outro

Sertão...ser lá

tão ser

ser tão...

lá sei (lá-eu-sei)

sei ser (sersei)

Ser tão do Peri

Ser Pe

Ser Ri Rir-se

tão ser

*ser tão intenso ser*³⁴

Wladimir Garcia

Não há como negar a força representativa da fotografia que por fixar, “em perspectiva, a luz de seres e coisas de um instante” (WUNDER, 2008), nos leva a querer identificar um hábito, uma pessoa, uma relação com o ambiente, a encontrar no plano a representação de um mundo tridimensional. “No entanto, a opção por essas coordenadas que querem somente desvendar, fecha a possibilidade de enveredar-nos por outros caminhos”, (p.111).

Na tentativa de tatear estas outras veredas possíveis de análise, bem como na intenção de transpor os limites dos dispositivos que nos faz narrar o Sertão de determinados modos, proponho o exercício de “deslocar-nos das intenções de identificações dos sentidos e de entrar num movimento de criação de sentidos com as fotografias” (WUNDER, 2008, p.16). Assim como esta autora que me inspira, busquei, através das composições que fui apresentando enquanto tecia esta dissertação, um dizer por fotografias que proporcionassem sentidos imprevisíveis e desestabilizadores na intensidade deste “Ser tão” outro.

As composições foram criadas a partir do corte, justaposição, super close, alteração das cores e repetição das minhas imagens mescladas às dos participantes da pesquisa. Estas são um convite a navegar por um percurso que pretende deslocar a força de retenção dos sentidos pertencentes ao *continente*, sendo este a “terra firme proporcionada pela razão” (GODOY, 2008).

³⁴ Estas palavras rascunhadas e gentilmente cedidas originaram-se da inspiração do referido autor e membro da banca examinadora ao ler meu texto de qualificação.

Deste modo, não há um sentido em si a ser compreendido quando observadas tais composições, podendo-se tomá-las como *Arquipélago*, um conjunto de ilhas entremeadas ao texto da dissertação onde se pode fugir da gramática que, ilusoriamente, tenta ordenar o mundo à nossa medida dando-nos a sensação de segurança e estabilidade. Em deriva³⁵, o leitor/navegador experimentará “o caráter fictício dos fatos e de seus fundamentos, ou daquilo chamado de realidade, estado de coisas constituído – o continente” (ibid, p. 26).

Neste movimento, assim como no projeto Fabulografias³⁶, busquei “criar a diferença no interior da repetição clichê: o retrato, a pose, e os processos de fixação de identidades pela imagem. Uma mudança que arrasta a fotografia cada vez mais para o campo da ficção e da invenção e menos da documentação [...]” (WUNDER; DIAS, 2010, p. 9).

Para dar suporte teórico a esta minha intenção, recorri também ao livro de Roland Barthes (1984), *A Câmara Clara*. Nesta nota sobre a fotografia, somos convidados a pensá-la em seu traço fundamental, não a partir da racionalidade pura, mas por meio da subjetividade latente em cada um de nós, por meio daquilo que nos pune:

Para Barthes a fotografia é essencialmente uma “fuga” e uma ocasião de uma “aventura” que somente se torna possíveis, quando a fotografia induz a pensar e torna-se “pensativa”, quando ela “deixa o detalhe remontar sozinho à consciência afetiva”, quando, ondulante, ondulosa como as ondas do mar, leva nela nosso pensamento e nosso imaginário (SAMAIN, 1998, p.128, grifo do autor).

Samain (1998) nos diz que uma das dicotomias presente nesta obra de Barthes é a distância que separa, na fotografia e na vida, o *studium* do *punctum*, o óbvio do obtuso, a significação da significância. Ainda de acordo com este autor, a câmara obscura é quem registra o *studium*, que é fatalmente reconhecido nas “intenções do fotógrafo”, ao “entrar em harmonia com elas, aprová-las, desaprová-las” (BARTHES, 1984), é o sentido óbvio que se oferece ao intelecto. Já o *punctum* “é o

³⁵ Utilizo esta palavra conforme conceituou Godoy (2008) no livro **a menor das ecologias**. De acordo com a autora, “a deriva afirma-se como possibilidade de invenção de novos percursos, e exprime-se por um movimento no qual as funções, as referências, as distribuições fixas e todo o aparato necessário para a organização de rotas dão lugar a uma distribuição nômade, na qual as referências são móveis.

³⁶ Para mais informações acessar <http://fabulografias.wordpress.com/>

que a câmara clara nos oferece: esta mesma imagem que de repente, torna branca, transparente, oferecendo-se não mais ao meu intelecto, mas a meu afeto” (SAMAIN, 1998, p.130).

Há uma dupla conotação de *punctum* na obra de Barthes. Na primeira parte do livro, é como um detalhe que atrai; um objeto “que parte da cena e vem me transpassar como uma flecha” (BARTHES, p. 49). Na segunda, “não é mais a *espessura* material de um detalhe, é a *dramaticidade* e a *intensidade* de um outro estigma” (SAMAIN, 1998, p. 131, grifo do autor): é o Tempo, “*Isso foi*”. Sendo assim, o *punctum* de Barthes, é um suplemento de sentido. “É, portanto, uma espécie de extra campo sutil, como se a imagem lançasse o desejo para além daquilo que ela dá a ver” (BARTHES, 1984, p.89)

Este conceito de *punctum* nos impele a outro pensar e olhar para a fotografia, pois “uma foto é sempre invisível, não é ela que vemos” (Barthes, 1984, p. 18) e, sendo assim, percebo neste conceito uma linha de fuga das análises que se fixam em explicações de sentidos, representações e significados das fotografias.

Como no *punctum* de Barthes, deixo que o “detalhe remonte sozinho à minha consciência afetiva” (p.62), e me esqueço nos corpos e olhares que me encaram ou aqueles que parecem desviar da foto. Observo um olhar desconfiado, olhar que abre uma janela para dentro daquele ser e que me faz insinuar pensamentos que não me importo em averiguá-los como sendo justos ou verdadeiros, porque o que me interessa é “o que” nestas fotos me faz pensar.

Para Barthes (1984), a fotografia é uma fuga e aventura que somente se tornam possíveis não quando a fotografia “aterroriza, perturba ou estigmatiza, mas quando é pensativa”, e é isso que me inspirou para compor as experimentações imagéticas que fui apresentando entre uma pausa e outra dos capítulos desta dissertação.

Cada detalhe, aparentemente bobo, me faz pensar naquilo que não é o óbvio, naquilo que Barthes chama de terceiro sentido, “este aquilo que vem a mais”, o suplemento que a inteligência não chega a absorver, mas que o corpo reivindica. “É o sentido obtuso, um sentido que não pertence mais ao domínio da língua, mas que se confessa na abertura de uma ferida” (SAMAIN, 1998, p.130).

Deste modo, meu maior desafio foi tatear tal intento e, tentar comunicar numa composição de imagens este algo a mais, este “além” que nos é possível de visualizar. Para Wunder (2007) as fotografias desarranjam os nossos discursos sobre as coisas e os seres; nelas, eles também ganham outras formas. Há a potência do corte, do apagamento,

da sombra, da luz, da transformação das cores, em especial nas imagens preto e branco, da justaposição, do adensamento de corpos e da retenção do efêmero. As fotografias além de reterem marcas, também criam outras”. Sendo assim, outros sentidos surgem independentes de terem ligação direta (ou não) com a imagem.

Foi na esteira deste pensamento que permiti a criação destes novos sentidos ao fazer uma experimentação repleta de inseguranças, de um modo desprezioso talvez, mas que, teoricamente, pudesse levar o tradicional ao seu limite, permitindo a expressão de outros pensamentos que me tomam quando me abro para a aventura de observar estas fotografias.

Tais pensamentos me levam a ver aquilo que está silenciado ou em fuga, em estado de ausência, passagem, movimento. No recorte contraposto da criança e da pessoa idosa, o que me toma é a passagem do tempo, a história se movimentando e a possibilidade de reinvenção das identidades nas próximas gerações. Estas identidades no contemporâneo já não se prendem a uma essência ilusória, mas carregam a dinâmica dos valores, lembranças, ausências e desejos que podem conferir novos sentidos em alguns momentos.

Na mesa farta a família se reúne no galpão em que há tempos era lugar para outro tipo de encontro, para a labuta artesanal da farinha. Resistentes a passagem do tempo, estruturas cilíndricas utilizadas outrora para prensar a farinha, hoje são enfeites e persistem no lugar como uma presença ausente. A serventia destas está re-significada; agora são memórias materializadas que nos contam uma história.

O carro de boi está sendo conduzido não apenas por dois destes animais, mas também pela pessoa que segura a corda atrelada a eles. Ao fundo, quase que ofuscados pela escuridão, as crianças se divertem com este meio de locomoção e de trabalho típico da imagem simbólica carregada por qualquer sertão deste país. Nesta foto dois tempos me interpelam, um tempo do que “já se foi”, entrecortado pelo que ainda é. O novo/velho Sertão adensado em uma foto que é acompanhada de uma lástima daquele que a tirou: “É que foi-se tudo já”. *O tempo punge na superfície de uma fotografia juntamente com a impossibilidade de adentrar nas suas profundidades* (WUNDER, 2008, p. 100).

E o que dizer das poses, que pensamentos me surgem quando vejo aquela pessoa tornada objeto a partir do momento que é dado o “click” na máquina? Lembrando-me de Barthes (1984), reflito sobre esta relação da morte causada pela fotografia mesmo quando esta tem a intenção de manter viva a memória daquele ou daquilo que é fotografado: “a fotografia é a morte que o gesto do fotógrafo irá

embalsamar” e já “não somos nem sujeito nem objeto, mas sujeitos que se sentem tornar objetos”. Repeti por muitas vezes a mesma pose, recortando e colando, como quem quer levar a pose ao limite na intenção de provocar uma rachadura na fotografia como sendo algo real.

Há também a pose dos objetos quando estes são organizados para a foto. Ajeita-se ali, dobra aqui, coloca aquilo que falta lá e uma história vai sendo tecida assim como as próprias rendas o foram antes de serem estrategicamente posicionadas sobre a cama. E a máquina de costura, que me faz refletir nas questões de gênero na divisão do trabalho, parece contrastar o lento e minucioso labor artesanal da “tradicional” renda de bilro da ilha, com a produção mais veloz proporcionada pela máquina.

Em outra foto, uma cena comum para a família que vive da agricultura: Seo João batendo o feijão que colheu em seu quintal. As imagens sobrepostas reforçam uma poética do simples e ajudam-me a pensar na potência de paisagens ou cenas comuns:

[...] pensar num olhar que passa pelos mesmos lugares, paisagens, pessoas dia após dia. Nossos olhares em constante trânsito, miradas em contínuo escape por imagens que não param. Cenas que trazem a força poética que há nessas imagens comuns, onde aparentemente nada acontece. Um convite a pensar nas diferenças que se criam na repetição de imagens comuns. A diferença – acontecimento que se faz pelo banal (WUNDER, 2008, p121.)

Na intervenção das imagens busquei sentidos distintos daqueles que já me atravessaram em outras vivências com o espaço da pesquisa, uma tentativa, enfim, de alcançar a diferença a que se refere a autora citada. E como se faz esta diferença? Amplia, corta, cola, sobrepõe, brincadeiras com o jogo de luz e sombra, envelhecimento com as cores ou com a ausência destas... ficou bom? Não sei!

Na busca múltipla de como trabalhar as fotografias afim de alcançar a desejada diferença surgiram-me as dúvidas: Que cores do Sertão e do Parque não consigo capturar? E quais tonalidades me perpassam neste movimento? Com quais cores posso manchar a história que será contada pelas composições?

Ao analisar em sua tese o documentário “Janela da Alma”, Wunder (2008) conclui que este filme, capaz de transformar imagens de

cenar comuns em fantásticas, não cria a diferença pelo seu tema, mas pela forma poética de filmar e editar:

Acontecimento por imagens de cenar comuns que se dá pela linguagem, uma forma de encontrar, pelo movimento da criação artística, no banal a diferença. Diferença que não é possível dizer se está na coisa ou no nosso olhar, pois está justamente no entre, num resultado comum e indissociável (WUNDER, 2008, p 122).

Estaria esta diferença no olhar daquele que fotografa, daquele que observa, na linguagem que adoto para a escrita da dissertação, no “movimento da criação artística” com as imagens? Concordo com a autora quando reflete sobre a impossibilidade de afirmar o “onde” encontrar a diferença, mas arrisco-me em dizer que ela localiza-se “no entre, num resultado comum e indissociável” de todos estes fatores em conjunto.

Manejar o poder mágico de criação de sentidos pelas imagens não é uma tarefa simples e, de acordo com Couto (2005, p.83), significa “desocultar os múltiplos sentidos do acontecido, libertar tudo que poderia ter sido naquilo que simplesmente foi”, doar um outro olhar e apresentar a possibilidade da descoberta dos “fascinantes mundos que tão perto estavam mas que não sabíamos ver”.

Para concluir este capítulo, faço o convite ao leitor para retomar o olhar às composições imagéticas e aventurar-se ao exercício de aprender a ver aquilo que não sabemos: Que Ser tão outro lhe soa ao entrar em contato com estas fotografias e composições?



4.3 – “Imaginografias”

A fotografia actua assim, como uma irrealdade virtual. Nós que escutamos as vozes da foto entramos em contato com os que, mesmo habitando o mundo dos vivos, pertencem ao domínio da ausência.

Mia Couto

Retomo neste capítulo a ideia que busco sustentar a partir do termo “imaginografia”, apresentado no final do tópico 3.4. Argumentei que, após muito refletir, a negativa das pessoas em fotografar não foi recebida como um problema porque algumas imagens, mesmo que não adensadas em papel, foram contadas nos diálogos com as pessoas que visitei durante minhas idas a campo, o que me permitiu imaginá-las.

Este termo adveio da leitura do ensaio jornalístico “As vozes da foto”, escrito por Mia Couto (2005), que potencializou meus pensamentos para compreender a *irrealidade virtual* da fotografia, ou seja, para pensar suas outras dimensões possíveis quando não apenas a visão é convocada para a observação da mesma.

Neste texto, o autor discorre sobre as imagens de 100 fotógrafos que desembarcaram na África não para visitar lugares, mas para “viajar através das pessoas” buscando retratar “aquilo que os ingleses designam com o espírito do lugar”. Para Couto, a leitura destas imagens lhe acionou outros sentidos:

Eu não apenas vejo. Eu ouço a fotografia. O contato visual acorda em mim sons que deveriam ter rodeado o momento fixado em imagem. Apto apenas para inscrever a imagem, o papel não foi capaz de expulsar as vozes (COUTO, 2005, p. 75).

Para além das fotografias sonoras, refleti também sobre o “mundo da oralidade” ainda tão dominante em nossos tempos e muito vitorioso na cultura das pessoas que habitam o Sertão do Peri quando disputado com a fotografia porque neste espaço, assim como na África de Mia Couto, *a mancha gráfica sujeita-se ao poder do verbo*.

Sendo assim, o modo que encontrei para evidenciar esta forte presença da oralidade, que contrastou com a minha proposta de narrar o lugar em que vivem a partir da produção de fotografias, foi destacar aquilo que me contavam na forma de “imaginografias”. Estas, para serem observadas, requerem a experiência de acionar a imaginação superando, assim, a ausência das cores e formas típicas de uma fotografia padrão.

Para compô-las, retirei do meu caderno de campo alguns relatos que fui registrando durante minhas visitas, por isso as narrativas apresentam-se em terceira pessoa. As formas e molduras foram criadas com base no capítulo imagético da tese de Wunder (2008) e também, a partir da aposta na minha própria criatividade.

As cenas, tonalidades, delineamentos e desdobramentos ficam a cargo do leitor que descobrirá uma infinidade de imagens possíveis para cada leitura atenta, revelando na mente distintas “imaginografias”.



gostam de contar histórias de como era a região antes da chegada deles, quando seus antepassados já moravam ali. Falaram das carvoeiras, das construções feitas pelos escravos, contaram dos conflitos entre vizinhos por causa de práticas de queimadas, histórias de assassinatos, de exploração ilegal do palmito oriundo da palmeira juçara e de bandidos que ficam a espera de moradores no morro que dá acesso ao sertão.



Foi, então,
 pelaminha
 curiosidade
 em saber
 quem era
 Carolina, que
 elame contou
 a história
 desta ave de
 estimação que
 foi encontrada
 ainda filhote
 pelo seu pai
 quando este
 havia
 adentrado em
 uma mata
 para extrair
 cipó.

Carolina não voava longe das redondezas da casa de seus pais adotivos, dormia sobre as árvores próximas e, de acordo com a Luzia, Carolina não pode ouvir ninguém quebrar um galho que ela voa em cima como

embaixo do fogão para aquecê-la, buscava frutinha no mato para sua alimentação” e, quando esta já havia crescido sob cuidados em um viveiro, ajudou-a com sua readaptação ao seu habitat.

se estivesse “defendendo anatureza”, além disso, “pega carona nas costas das galinhas e briga com os galos” de Seo João. Como ele não conseguiu encontrar o ninho dela, resolveu levá-la para casa e a criou com muito carinho, “colocava comida em sua boca, deixava-a dormir



A bruxa não podia ver um bebe que logo beijava seus pés e este secava. Para a criança dormir tranqüila deixava-se uma tesoura nos pés da cama e uma vela acesa para pegar a bruxa. Não é mesmo, marido, que aqui no sertao havia uma bruxa? - Tudo historia!

Este senhor
tem muitas
frases de
efeito em sua
fala e isto, a
princípio me
deixava
apreensiva,
mas agora
considero
como uma de
as principais
características
e me deixa
curiosa esta
sua
qualidade
de ironadora.

Nesta conversa rápida na qual falamos um pouco sobre agricultura ele enfatizou que "brasileiro só come o que é de segunda, porque o que é de primeira embarca tudo", sendo que ele usa o verbo "embarcar" para se referir à exportação dos produtos agrícolas brasileiros.

Disse
também que
o "Lula é
presidente,
mas bota a
mesa com
aquilo que
passa pela
mão do
pobre"
referindo-se
ao alimento
produzido por
agricultores
simples e não
àqueles
produzidos
por grandes
latifundiários.

o de nossa conversa foi a respeito de desenvolvimento, ele reclamou que no Sertão as coisas não se desenvolviam e que ele queria o que era desenvolvimento para ele. Sua resposta surpreendeu-me porque esperava algo relacionado com asfalto e regos, porém ele se referiu à relação humana dizendo que as pessoas não se respeitavam mais e que hoje em dia estava difícil e "para trás" por causa disso.

Comentei que eu já havia visto o bar de Nelinho cheio de homens durante 2 finais de semana que eu tinha vindo ao Sertão e ela me contou que em seu estabelecimento acontecem os encontros para ensaiar a cantoria da festa do Espírito Santo e pôs-se a explanar a respeito desta cultura católica. Disse que está se perdendo porque os jovens não querem aprender; mostrou-me dentro de sua casa o mastro da bandeira deste santo e disse que a festa aconteceria no Ribeirão da Ilha ainda este mês e que a procissão da cantoria para recolher prendas e dinheiro na casa das pessoas que moram no sertão seria naquele fim de semana.

Então formamos uma pequena roda de conversa na qual descobri que o casal era Dona Maria e Seo José, pessoas donas do terreno onde foi construída a escola e que para este intento foi doada à

Prefeitura. Estávamos bem em frente da escola e conversamos sobre como ela tinha ficado abandonada e como a atitude de vandalismo deixava as pessoas chocadas.

Seo José disse que "se soubesse que iria acabar neste fim não teria doado o terreno" e Dona Maria contou que havia estado na secretaria da educação tentando reaver a posse do mesmo, porém sem sucesso. Conversamos bastante e Apolinário, com suas frases de efeito, também participou da conversa demonstrando sua indignação com várias outras coisas relacionadas à prefeitura.

Capítulo 5

Apontamentos e Desapontamentos

Não poderia finalizar esta pesquisa sem algumas considerações finais, embora eu não tenha a pretensão de colocar ponto final algum nas reflexões que possam vir a surgir com a leitura e releitura de todo este material apresentado.

Quero apontar alguns deslocamentos que julgo terem acontecido comigo e com as pessoas que se envolveram na pesquisa através da operação do foto-dispositivo. Mas antes disso, considero importante fazer uma última reflexão sobre a intenção do foto-dispositivo que elaborei.

Embora eu o tenha arquitetado com o propósito de proporcionar outros modos de ver o Sertão do Peri, as pessoas que o habitam não tinham esta intenção e, como relatei anteriormente, muitos até resistiram em aceitar minha proposta. Entretanto insisti e, sendo assim, as fotografias deste trabalho são o resultado desta insistência, do meu encontro com os participantes da pesquisa e destes com o dispositivo elaborado e apresentado a eles como uma possibilidade de ver coisas que poderiam passar despercebidas no cotidiano dos mesmos.

Confesso que ao revelar as fotos que produziram fui tomada por certo desânimo: tais imagens pareciam reforçar algumas ideias já pré-estabelecidas sobre o Sertão e as pessoas que o habitam como a ideia de “população tradicional” inserida em “ambiente natural”, percebida nas fotos que enquadravam engenhos, cultivos de subsistência, animais de criação, artesanatos, costumes, “natureza”.

Percebia, em um primeiro momento de leitura destas imagens, que outros dispositivos - que não o que elaborei - atuavam fortemente naquele espaço, o que demonstrava a fragilidade desta minha estratégia uma vez que, os dispositivos não passam de estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 1999).

Entretanto, como já destaquei ao longo deste trabalho, a fuga dos enunciados já dados e sustentados por determinados tipos de saberes é possível não somente pelo foco de quem produz as fotografias, mas também a partir dos olhos de quem as observa. Por isso, me arrisco a afirmar que alguns deslocamentos aconteceram em imagens que focam modos de viver ainda não enunciados por outras linhas de força e que promovem saberes ainda não reforçados.

Como exemplo destes outros enunciados, reporto-me às relações que as pessoas estabelecem com os quintais cultivados de suas casas para a finalidade da produção alimentar bem como para a medicina caseira a partir do cultivo das plantas medicinais. Este espaço,

geralmente doméstico, amplia-se para além das redondezas da casa incluindo nestes quintais a própria Lagoa do Peri que, mesmo um pouco distante da região que habitam, configura-se como uma área de lazer aos finais de semana de algumas famílias do Sertão.

Verifiquei também que, apesar de vivermos na época em que os discursos ecológicos circulam frequentemente por meio de diversos artefatos culturais que nos interpelam, incluindo a população que habita o Sertão, estes moradores/as não apresentam a visão naturalizada de meio ambiente que é mais recorrente nestes discursos do “ambiental” e na qual o ser humano configura-se fora da mesma. Acredito que isto está relacionado com o fato destes habitarem a Zona de Paisagem Cultural que tem por objetivo conservar a paisagem resultante da ação dos mesmos no ambiente e espera-se que esta ação seja a menos impactante possível.

Esta situação reflete a inversão ideológica que tem se efetuado recentemente, a qual se refere Manuela Carneiro (2009) quando afirma que as “populações tradicionais”, antes consideradas entrave para o “desenvolvimento” em muitas regiões do Brasil (como na Amazônia, por exemplo), “foram promovidas para a linha de frente da modernidade”. Tal mudança, ainda segundo esta autora, tem acontecido devido a associação entre as populações, os conhecimentos tradicionais e a conservação ambiental.

Outros deslocamentos observados estão na dimensão de algumas sutilezas que evidenciam o distinto ritmo de vida levado por estes habitantes, seus modos de viver a lenta passagem do tempo que acontece naquele espaço, cenas poéticas de um silêncio e de um mistério que também habitam este mesmo Sertão.

Sendo assim, o foto-dispositivo demonstrou ser um reforçador de identidades substanciais em alguns momentos, ao mesmo tempo em que estimula outros modos de ver o Sertão quando captura aquele ângulo que permite observar uma linha de fuga dos já dados enunciados hegemônicos, quando focaliza outros olhares possíveis, como o da potência de uma identidade transeunte das pessoas que habitam este espaço. Não é minha intenção apontar o foto-dispositivo como um método a ser aplicado nos trabalhos de Educação Ambiental e/ou de Educação em geral. Assim como no trabalho de Zanco (2010), tentei ampliar os modos de ver um lugar preenchido não só com as existências de diferentes sujeitos, como também de imagens e construções simbólicas que participam na regulação das formas como entendemos e

nos relacionamos com aquele ambiente, com a natureza e entre nós mesmos, seres humanos.

Ao tentar proporcionar um olhar para a multiplicidade de enunciados e saberes que podem ser produzidos acerca da identidade das pessoas que habitam este ambiente, busquei mostrar a complexidade envolvida nas fronteiras que tentam ser instituídas em nossa contemporaneidade. A esse respeito, no contexto da população moçambicana, Couto (2005) destaca que “ao aceitarem a sua identidade como múltipla, mestiça e dinâmica eles tem a possibilidade de se reinventarem e não se perderem em ilusórias viagens à essência da sua identidade” (p. 80).

Ficou claro para mim que a identidade marcante destas pessoas atualmente é a de uma “população tradicional”, mas a negociação desta acontece em diferentes territórios sendo alguns localizados fora do espaço que habitam. Acredito que as muitas pessoas que se envolvem com o Sertão do Peri, principalmente aquelas que visitam seus habitantes para realizarem suas pesquisas, carregam este olhar de fora que é muitas vezes considerado pelos próprios moradores como mais legítimo ou até superior porque sustentado pelo conhecimento que advém da universidade e, assim, interferem, modificam e ajudam a construir a identificação dos mesmos.

Argumento isto baseada nas relações entre conhecimento, poder e conduta elaboradas por Foucault (1999) que nos demonstrou como o conhecimento é aplicado na prática para regular a conduta dos sujeitos. De acordo com Hall (1997), este mesmo autor enfocou não só na relação entre conhecimento e poder, mas também a forma como o poder funciona no que denominou de *aparato* institucional e suas tecnologias.

Esta ideia de *aparato* parece-me complementar ao conceito de dispositivo acionado nesta pesquisa e ajuda a pensar esta construção de identidade advinda não apenas deste olhar de fora, construído pelo conhecimento científico dos acadêmicos que realizam suas pesquisas no Sertão, mas também dos diferentes conhecimentos que circulam no interior do próprio Parque.

Há um aparato institucional representado pela estrutura administrativa do Parque Municipal da Lagoa do Peri, que é constituído de estratégias de relações de força sustentadas não só pelo conhecimento científico, como pelo *status* jurídico que legitima sua implantação. Como o poder em Foucault apresenta um caráter relacional, ou seja, circulante por toda a estrutura social, não sendo algo presente em determinada pessoa e ausente em outra, mas uma relação envolvendo diferentes indivíduos e que posiciona sujeitos de certos modos e não de

outros, afirmo ser o poder deste aparato um forte produtor de identidade, uma vez que institui o lugar onde habitam as pessoas do Sertão como Zona de Paisagem Cultural, com regras e delimitações que posicionam estes moradores como uma “população tradicional”.

Mas há também no próprio Sertão outro aparato que não é administrativo como o do Parque (mas que não saberia nomear), que sustenta e é sustentado pelo conhecimento definido como “tradicional” que, inclusive legitima a presença desta população na Área de Paisagem Cultural porque o objetivo da mesma é preservar este conhecimento e a paisagem gerada por meio de sua prática.

Deste modo, nos termos de Foucault, também há uma estratégia de relações de poder nesta região do Sertão e não apenas no aparato institucional representado pelo Parque, o que me permite concluir que as pessoas do Sertão participam do processo de construção desta identidade, negociando-a, reelaborando-a, identificando-se ou não conforme seus interesses. Mas o que considero mais relevante é destacar a questão das relações de poder envolvidas nesta construção: de que forma esta reelaboração de identidade se faz visível em nossa sociedade? Há espaço para a legitimação das mesmas?

É neste contexto que me amparo novamente em Foucault para afirmar que não. Não há espaço que legitime a multiplicidade de enunciados que podem ser produzidos acerca da identidade das pessoas que habitam este ambiente porque as políticas públicas são pensadas para grupos com identidade homogênea e o poder exercido por este aparato - que é sustentado pelo conhecimento científico e legislativo - é muito mais forte que pelo aparato existente no próprio Sertão, sustentado pelo “conhecimento tradicional”.

Considero importante refletir a respeito da definição do que é um “conhecimento tradicional” uma vez que as características que constituem este saber não são, de modo algum, naturais porque são construídas discursivamente e, uma vez instituídas a determinados grupos, produzem diversos efeitos.

Tais efeitos não serão discutidos e aprofundados neste trabalho, mas em seu projeto de tese, Sampaio (2009, p. 23) busca discuti-los para mostrar que as narrativas sobre tais populações “configuram certos atributos que lhes seriam essenciais, como os saberes sobre a natureza e uma relação diferenciada com o território onde vivem, os quais se “colam” à própria definição de populações tradicionais”.

No trabalho desta autora encontrei pistas para refletir acerca das articulações que se processam a partir da noção de “populações

tradicionais” como sendo uma forma de nomear, instituir e validar determinadas práticas destas populações como mais adequadas do que outras. Nas palavras de Sampaio:

algumas práticas e conhecimentos dessas populações seriam considerados, a partir de critérios específicos, como mais “sustentáveis”, devendo, portanto, ser valorizados e mantidos. Desse modo, argumento que o termo “conhecimento tradicional” é utilizado para instituir determinados significados às relações que se dão entre populações tradicionais e natureza (SAMPAIO, 2009, p. 23).

Interessa-me nesta reflexão ressaltar que os referidos “critérios específicos” que validam práticas sustentáveis em detrimento de outras tidas como não sustentáveis e, portanto, fora da definição do que é um conhecimento tradicional, são considerados verdadeiros dentro da relação de poder que venho me referindo com base em Foucault (1999). Sendo assim, este autor sugere que o papel do intelectual seria desvincular o poder da verdade das formas hegemônicas no interior das quais ela funciona no momento.

Por outro lado, mostrar como operam estas construções discursivas e desfazer essas categorias tidas como naturais não significaria destruí-las. Dessa forma, assim como propõe Sampaio (2009), não estou sugerindo que se deixe de usar a noção de população tradicional ou de conhecimento tradicional; apenas tentei problematizá-las mostrando o caráter inventivo das mesmas e o “quão produtivo são as articulações que se processam a partir dessas noções com os discursos ambientalistas” (p. 23), muitas vezes promovidos por trabalhos de Educação Ambiental realizados naquele espaço.

Com relação a minha análise, quero registrar que não tive a intenção de apresentá-la de duas formas distintas (e até opostas) com o intuito de uma superar a outra de alguma maneira, pelo contrário, enfatizo que a análise é algo muito subjetivo podendo ser realizada com base em muitos outros suportes teóricos e que as escolhas dentro desta multiplicidade toda são escolhas políticas, éticas e muito pessoais.

Optei por mostrar algumas marcações tidas como naturais a respeito do Sertão do Peri e da população que o habita ao mesmo tempo em que busquei mostrar a possibilidade de ver a diversidade, o múltiplo olhar e saber que se pode apreender deste espaço-Sertão porque foi o que me movimentou, o que me fez sentido e me preencheu de

significados neste momento que estou vivendo e não me importo, se mais adiante, em outro fragmento de tempo da minha vida eu tenha que esvaziar-me mais uma vez de tudo isto que me preencheu, me realizou e que fez valer a pena empreender esforços para realizar este estudo.

Na busca contínua de pensar tais escolhas para a composição da pesquisa, a melhor forma de realizá-la, os procedimentos a serem tomados, o que eu iria capturar com as imagens e o que é incapturável, foi ocorrendo o meu processo de pesquisadora, transformando minhas convicções mais arraigadas acerca da Educação Ambiental, da Cultura, da Realidade, das Unidades de Conservação, das pessoas que habitam estes espaços, dos termos naturalizados e tidos como verdades. De todo este processo que deslocamentos me aconteceram?

Quando busco uma resposta, sinto que está enraizada em mim a certeza de que tudo são escolhas políticas de pessoas: aquilo que deve ou não ser dito, o que é bom ou não de ser lembrado, os desdobramentos que aparecem, as diferenças, as incompatibilidades. E as pessoas são diferentes, desejam, sonham, significam, constroem sentidos com suas necessidades diferentes.

E o que fica para a população que habita o Parque? Para aqueles sujeitos que participaram da pesquisa? Para aqueles que se empenham na gerência desta instituição? Quais os desdobramentos desta pesquisa para o campo da Educação Ambiental? E para a Educação em geral? Sinto-me vazia por não conseguir responder a tais questionamentos e, assim deixo o registro também do meu desapontamento.

No entanto, não quero finalizar a dissertação deixando no ar a angústia relativamente comum que acomete aqueles que empenham a tarefa de realizar uma pesquisa de mestrado. Gostaria sim, depois de todo meu esvaziamento e abertura para novas potências de pensamentos, afirmar minha postura com relação a Educação Ambiental que me sinto capaz de movimentar após todo este processo.

Penso que jamais uma dissertação, ou um projeto de extensão, ou um sujeito, ou um grupo teria a força de configurar, de repente, em uma comunidade qualquer, outros enunciados sobre o ambiente que vive. A força e a política da EA que agora me sinto capaz de promover residem em colocar enunciados em questão, escutar com atenção e ética o que sujeitos têm a dizer, parar para pensar, propor uma experiência (também para si), contaminar pela intensidade da presença, e isso já é bastante e é o que acredito ser possível com uma Educação Ambiental que se mostra mais como um processo e menos como forma de solucionar um problema a partir da imposição de valores e condutas.

Quando iniciei a escrita desta dissertação não estavam prontas as ideias que aqui tento defender. Estas foram sendo formuladas conforme acontecia meu processo de(formação). Por isso creio ter escrito este trabalho não para registrar aquilo que se sabe, mas para empreender a difícil tarefa de escrever aquilo que não se sabe para então descobri-lo e apresentá-lo sem, por isso, pretender a imposição desta descoberta.

Referências Bibliográficas:

AMADO, J. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.8, n.15, p. 145-151, 1995.

ALBUQUERQUE, D. M. de. **História. A arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007.

AMORIM, A. C. Fotografia, som e cinema como afectos e perceptos no conhecimento da escola. **Teias**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15-16, 2007.

AMORIM, A. C. Educação e Ambiente, entremeios para imagens do humano. In: **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 3, n. 1 – p. 13-32, 2008.

AZEVEDO, J. M. **Visibilidade fotográfica e a pós-fotografia**: uma questão de olhar ou olhares? In: Anais do 3º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação, 2008, Universidade Luterana do Brasil. Canoas – RS, 2008.

BATISTA, K. R. **Sertão do Peri**: um olhar etnográfico. Florianópolis (SC): Periódicos da UDESC, 2002. Disponível em:
www.periodicos.udesc.br/percursos/ojs/include/getdoc.php?id=2&article=2&mode=pdf
Acesso em: 09 de abril de 2010.

BARCELOS, V. **Educação Ambiental**: sobre princípios, metodologias e atitudes. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARROS, M. de. **Ensaio Fotográficos**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BARTHES, R. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1984.

BRASIL. 2002. **Decreto n° 4.339 de 22 de agosto de 2002**. [on line]. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4339.htm>.
Acessado em 31 de outubro de 2009.

CABRAL, L. O. **Bacia da Lagoa do Peri**: sobre as dimensões da paisagem e seu valor. Florianópolis, 1999. 236 pg. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar y salir de la modernidad. 2ª reimpressão. Buenos Aires: Paidós, 2007.

CARDOSO et al. **Análise do uso e ocupação da terra na Bacia da Lagoa do Peri, Florianópolis (SC)**. In: Caminhos da Geografia V. 9, N. 28, 2008. Disponível em:
<http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=617>
Acesso em: 21 de janeiro de 2009

CARVALHO, V. de. Dispositivos em evidência: a imagem como experiência em ambientes imersivos. In: FATORELLI, Antonio; BRUNO, Fernanda (Orgs.). **Limiares da Imagem**: tecnologia e estética na cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

CASTRO, E. V. **O que pretendemos é desenvolver conexões transversais**. In: Sztutman, R. (org.). Eduardo Viveiros de Castro – encontros. Rio de Janeiro: Azougue, 2008. p. 200-225.

CECCA - CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA. **Unidades de conservação e áreas protegidas da Ilha de Santa Catarina**: caracterização e legislação. Florianópolis: Editora Insular, 1997.

CORAZZA, S. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, M. V. (org.). **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 105-131.

COUTO, M. **Pensatempos**: textos de opinião. 2ª ed. Lisboa: Editora Caminho, 2005. p 85-96.

CUNHA, C. M. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DÍAZ, E. **Entre La tecnociencia y el deseo**: La construcción de uma epistemologia ampliada. 1ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2007.

DIEGUES, A.C.S.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília: 2001

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/CEC, 2004.

FAVERO, F. **Fotografias urbanas**: encontro com o ambiente. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas). UFSC, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOLKE, C.; COLDING, J.; BERKES, F. Synthesis: Building resilience and adaptative capacity in social-ecological systems. In: Berkes, F.; Colding, J.; Folke, C. (Orgs.), **Navigating Social-ecological Systems: Building Resilience for Complexity and Change**. Cambridge University Press, Cambridge, 2003, p. 352-387.

FRANÇA, A. Ser imagem para outro. In: Ana Sílvia Davi Médola, Denize Correa Araujo e Fernanda Bruno (Org.). **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 4ª 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GLUCKSMANN, B. C. Variações sobre a imagem: estética e política. In: LINS, Daniel (org.). Nietzsche/Deleuze: **Imagem, literatura e educação**. Fortaleza: p.71-85. 2005.

GODOY, A. **a menor das ecologias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter P. Os (des)caminhos do conceito de natureza no ocidente. In: _____(org.). **Os (des)caminhos do meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 8ª ed. p. 25-36. 2001.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: no consenso um embate?** - Campinas, SP: Papirus, 2000.

GUIMARÃES, L. B. **Fulgurações: pelos rastros da educação ambiental**. In: Ana Maria Preve; Guilherme Corrêa. (Org.). *Ambientes da Ecologia: perspectivas em política e educação*. 1ª ed. Santa Maria: UFSM, 2007, v. 1, p. 177-186.

GUIMARÃES, B. L. **A natureza na arena cultural**. A página da educação, Porto, n. 155, Ano 15, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=4517>>. Acesso em: Nov. 2009.

GUIMARÃES, L. B. **O que eu poderia ser se fosse para outro lugar?** In: Guimarães, L.B., KRELLING, A.G.; BARCELOS, V. [Orgs.]. *Tecendo educação ambiental na arena cultura*; Petrópolis; DP&Alli, 2010.

GUSMÃO, N. **Desafios da Diversidade na Escola** *Revista Mediações*. Londrina, vol.5 n.2, p. 9-28, jul/dez, 2000.

HALL, S. The work of representation. In: _____ (org.). **Representation, cultural representation s and signifying practices**. London: Thousands Oaks; New Delhi: Sage, 1997. p. 16-63.

IPUF – INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Plano Diretor do Parque da Lagoa do Peri. Relatório Final**, 1978. vol. 1.

JUSTO, C. S. S. **Os meninos fotógrafos e suas fotografias: viver na rua e no Projeto Casa**. São Paulo: UNESP, 2003.

LARROSA, J. Literatura, experiência e formação. In: COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 133-160

_____. Narrativa, identidad y desidentificación. In: SILVA, Tomaz (org.). **La experiência de la lectura**. Barcelona: Laerte, 1996. p. 461- 482.

_____. Agamenon e seu porqueiro. In: LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. Tradução Alfredo Veiga-Neto 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 21-43.

LINS, C. **Rua de Mão Dupla**: documentário e arte contemporânea.

Disponível em:

61<http://www.caoguimaraes.com/page2/artigos/artigo_01.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2010.

LIPPI, L.: A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. V (suplemento), 195-215 julho 1998.

LOPONTE, L. G. Do Nietzsche trágico ao Foucault ético: sobre estética da existência e uma ética para docência. In: **Educação&Realidade**, vol 28, n.2 – p. 60-82, jul-dez. 2003.

MASSEY, D. **Pelo espaço**. Uma Nova Política da Espacialidade. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.

NIETZSCHE, F. W. **Para além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Martin Claret, 2002.

PEREIRA, M. A. 2001. **Diagnóstico físico e socioambiental do Parque Municipal da Lagoa do Peri, subsídios ao plano de manejo**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Curso de Pós-graduação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 243p.

OLIVEIRA JR, W. M. de. Grafar o espaço, educar os olhos. Rumo a geografias menores. In: **Pro-Posições**. Campinas, v. 20, n.3, set/dez. 2009.

PESSANHA, J. A. Filosofia e modernidade: racionalidade, imaginação e ética. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.22, n.1, jan/jun. p. 13-32. 1997.

PIGNATELLI, F. **Que Posso Fazer? Foucault e a questão da liberdade e da agência docente.** IN: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). O Sujeito da Educação: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes. 1993.

ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas.** 18 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAMAIN, E. (org.). O Fotográfico. São Paulo: Hucitec, 1998.

SAMPAIO, S. **Notas sobre a "fabricação" de educadores/ambientais:** identidades sob rasuras e costuras. Dissertação (Mestrado em Educação), 2005.

SAMPAIO, S. **A floresta amazônica e seus habitantes: Narrativas sobre populações tradicionais e seus saberes sobre a natureza.** Qualificação (Doutorado em Educação) Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVEIRA, L. S. da; ALVES, J. V. O uso da fotografia na Educação Ambiental: tecendo considerações. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 3, n. 2 –p. 125-146, 2008. 2008

SONTAG, S. **Sobre Fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

XAVIER, I. Um cinema que “educa” é um cinema que [nos] faz pensar (entrevista). **Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 33, n. 1, 2008.

ZANCO, J. **Histórias da Lagoa do Peri.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas). UFSC, 2003.

ZANCO, J. **Uma proposta de ver e pensar uma educação ambiental diferente.** Qualificação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

WORTMANN, M. L. C. O uso do termo representação em Ciências e nos Estudos Culturais. **Pro-Posições**. Campinas: vol. 12, N. 1 (34), março/2001.

_____. Encontros interculturais, hibridações e pós-modernidade in:

Revista de Estudos Universitários, Sorocaba, v. 36, n 1, 2010.

WUNDER. A. **“Encontro de águas” na barra do Ribeira**: imagens entre experiências e identidades na escola. Dissertação (Mestrado em Educação). UNICAMP, Campinas, 2002. 260p.

_____. **Fotografias como exercícios de olhar**. In: 29 Reunião Anual da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 2006, Caxambu, MG. Anais de Resumos e Trabalhos Completos da 29 Reunião Anual da ANPED, 2006.

_____. **Restos quase mortais**: fotografia, acontecimento e escola In: 31ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2007.

_____. **Foto quase grafias, o acontecimento por fotografias de escolas**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. 127p.

WUNDER, A.; PESTANA, F. **Do momento ao evento, do fotografar ao pulverizar**. In: 17º Congresso de Leitura do Brasil (COLE), 2009, Campinas. ANAIS do 17º Congresso de Leitura do Brasil (COLE). Campinas, 2009.

Filmografia:

Aquecendo Memórias. Mariana Jucá de Melo Cardoso; Paulo Minardi. Brasil, 2008, DVD (22 min)

A visita. Cláudia Aguirre. Brasil, (1990), VHS (minutos não informado)

Passaporte Húngaro. Sandra Kogut. Brasil, 2002, DVD (71 min)

Seo Chico, um retrato. José Rafael Mamigonian. Brasil, 2004, DVD (95 min)

Sementes de Gaia. Mariana Jucá de Melo Cardoso; Rhaisa Muniz. Brasil, 2008, DVD (30 min)

Crédito das imagens:

Capa: Sobreposição de fotos feita por Annaline Piccolo.

Agradecimentos: Gabriele N. Salgado

página17: Luzia Cecília dos Santos

página 38: Gabriele Nigra Salgado

página 54: Montagem a partir da foto de José dos Santos.

página 56: Montagem a partir da foto de Gabriele Nigra Salgado

página 76: Montagem a partir da foto de Dilma Martins

página 79: Montagem a partir da foto de José dos Santos

página 82: (Duas primeiras fotos) José dos Santos, as quatro restantes são de Dilma Martins

página 85: (1ª da esquerda para a direita) Dilma Martins, as restantes são de Luzia Cecília dos Santos

página88: (Duas primeiras fotos) José dos Santos, as quatro restantes são de Dilma Martins

página 106: (1ª da esquerda para a direita) Luzia Cecília dos Santos, as restantes são de Dilma Martins, com exceção da última, tirada por José dos Santos.

página94: Gabriele Nigra Salgado

página 95: Gabriele Nigra Salgado

página 103: Montagem a partir de fotos de Dilma Martins

página 106: Recorte de imagens de Luzia dos Santos (na vertical) e Dilma Martins (na horizontal)

página 108: Montagem com as fotos de Gabriele N. Salgado.

- Área de Reserva Biológica: de preservação integral e permanente dos seus recursos naturais, sendo permitido realizarem estudos científicos, fazer a recomposição da flora e fauna nativa, exercerem a fiscalização.
- Área de Paisagem Cultural: tem por objetivo desenvolver socialmente a população residente e a proteção da paisagem resultante das atividades tradicionais na área. São permitidos apenas os usos públicos de interesse social e as atividades agrícolas e de transformação artesanal tradicionais, compatíveis com a preservação do ambiente natural.
- Área de Lazer: região onde se pretende conciliar a preservação dos recursos naturais com os objetivos científicos, educacionais e de lazer. Nesta área, está instalada a sede administrativa do Parque.

ANEXO II

Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Eu _____, concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário(a) no Projeto de Pesquisa que me esclarecido pela acadêmica responsável pelo trabalho. Fui esclarecido(a) sobre as justificativas, objetivos e procedimentos que serão utilizados na pesquisa; sobre o fato que este é um projeto sem fins lucrativos; e que as fotografias e textos utilizados por mim poderão ser utilizados pela pesquisadora na sua dissertação de mestrado.

Florianópolis.....de.....de.....

Pesquisadora responsável: Gabriele Nigra Salgado
Orientador: Leandro Belinaso Guimarães
UFSC/PPGE/Grupo de Estudos Tecendo

ANEXO III

Cd- Room contendo os seguintes arquivos:

- Diário de Campo na íntegra (33 pag.);
- Todas as fotografias produzidas;
- Jornal Sementes do Sertão, 1ª, 2ª e 3ª edições;
- Matéria do jornal Cidade referente ao Sertão do Peri;
- Vídeo (3 min) editado com trechos dos filmes:
Aquecendo Memórias, Seo Chico e A visita.